



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2022



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	4
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	6
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO.....	15
POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA	15
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	17
INVESTIMENTOS	18
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES	19
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	24
SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
BALANÇO SOCIAL.....	40
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS	41
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA	42
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	43
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	45
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	46
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	48
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	49
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	50
1. CONTEXTO OPERACIONAL	50
2. BASE DE PREPARAÇÃO	51
3. DA CONCESSÃO.....	54
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	56
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	56
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	56
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	57
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	59
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	61
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	64
11. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	64
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	65
13. ATIVOS DE CONTRATO.....	68
14. INTANGÍVEL	69
15. ARRENDAMENTOS.....	71
16. FORNECEDORES	74
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	75
18. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	76
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS	79
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	80
21. PROVISÕES.....	87
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	93
23. RECEITA.....	96
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	101
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	103
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	104
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	106
28. SEGUROS.....	116
29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	117
30. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS.....	117
31. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	118
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	120
PARECER DO CONSELHO FISCAL	120
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES.....	128
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	129
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	130
ORÇAMENTO DE CAPITAL	132

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Também são apresentadas as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos avanços importantes em 2022, um ano que ficará lembrado pelo êxito na implementação da nossa estratégia.

Quando da revisão do planejamento estratégico da Cemig, controladora da Cemig D, deixamos bastante transparentes os nossos principais objetivos, que são de “focar e vencer”, priorizando os investimentos em Minas Gerais e buscar de forma contínua avanços na eficiência operacional, nos resultados financeiros e na qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Começando pelos resultados financeiros, encerramos 2022 com um lucro líquido de R\$443 milhões e um Lajida de R\$2,2 bilhões, destacando que esses resultados positivos ocorreram mesmo com a provisão, em 2022, dos créditos tributários do Pasep/Cofins sobre o ICMS, com impacto líquido no resultado próximo a R\$1,3 bilhão. Ou seja, mesmo com essa provisão relevante, esses resultados demonstram a resiliência de nossas operações e a capacidade da Cemig D de gerar caixa e resultados positivos.

Destaca-se ainda nossa baixa alavancagem financeira, medida pela relação dívida líquida/Lajida ajustado, de 1,27 vez ao final do ano, o que permite à Companhia viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e manter a sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais.

Mais uma vez tivemos as nossas despesas operacionais totalmente cobertas pelas tarifas e também apresentando Lajida superior às referências regulatórias. Em 2023, continuaremos a investir em novas medidas de eficiência operacional, destacando-se aquelas de redução das obrigações pós-emprego, que têm impactos relevantes em nossos resultados e posição financeira.

No que se refere ao atendimento aos nossos clientes, parte importante da nossa visão estratégica, continuamos a apresentar resultados consistentes, com indicadores de qualidade melhores que aqueles utilizados como referência na regulação. Exemplificando, o DEC (índice que mede a duração das interrupções de energia) registrado foi de 9,48 horas, na comparação ao limite regulatório de 9,98 horas e o FEC (índice que mede a frequência de interrupções) foi de 4,58 interrupções na comparação ao limite regulatório de 6,43.

Temos a ambição de transformar o relacionamento com os mais de 9 milhões de clientes da Cemig D, melhorando de forma significativa a percepção do cliente em relação aos nossos serviços prestados. Como exemplo, através do nosso projeto Cliente+, procuramos prover uma operação *omnichannel*, de convergência dos canais de atendimento existentes (Telefônico, Presencial e Digital), proporcionando um atendimento cognitivo e integrado entre as várias plataformas utilizadas pelos clientes, com maior rapidez e eficiência.

Dentro da nossa estratégia de investir em Minas Gerais, investimos R\$3,1 bilhões em nosso negócio de distribuição, valor expressivo que marca uma mudança de patamar nos investimentos da Cemig D, o que representa mais oferta de energia, que impulsiona o crescimento do Estado de Minas Gerais e um atendimento de mais qualidade aos nossos clientes. Ainda deve ser considerado que esses investimentos farão parte da Base de Remuneração Regulatória a ser homologada pela Aneel na revisão tarifária prevista para o próximo ano.

Consideramos que o nosso capital humano tem papel fundamental dentro da execução de nossa estratégia. Nesse contexto, o resultado da pesquisa de clima realizado pela Cemig em 2022, com participação relevante dos empregados da Cemig D, apresentou um aumento expressivo de 11 pontos em relação à pesquisa anterior, atingindo 75% de favorabilidade, o que nos traz muita satisfação, pois mostra o crescente engajamento e comprometimento dos colaboradores com o sucesso e futuro da Companhia.

A sustentabilidade de nossas operações está no DNA da Cemig, nossa controladora, e certamente da Cemig D, sendo a Cemig a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade e de forma consecutiva há 23 anos. No início de 2023, a Cemig recebeu mais um reconhecimento que ratifica essa condição de empresa sustentável: a Cemig é a companhia brasileira com melhor classificação no Carbon Clean200™, *ranking* global anual que lista as 200 empresas de capital aberto que lideram iniciativas de soluções de transição para um futuro de energia limpa, tendo obtido a honrosa 37ª posição na classificação geral.

Concluindo, podemos reafirmar que obtivemos êxito na implementação de nossa estratégia; investimos fortemente em Minas Gerais, continuamos em nossa jornada de melhoria do atendimento aos nossos clientes e alcançamos resultados financeiros sólidos, com disciplina na gestão de custos. Tudo isso com maior engajamento dos nossos colaboradores e práticas corporativas sustentáveis.

Esses resultados nos trazem mais otimismo e entusiasmo para continuarmos na execução da nossa estratégia, em nosso objetivo de focar para vencer e de busca contínua de tornar a Cemig D mais eficiente, lucrativa e admirada pelos seus clientes, pronta para enfrentar os próximos desafios.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas, na soma de esforços para garantir o protagonismo da Cemig D no setor elétrico brasileiro.

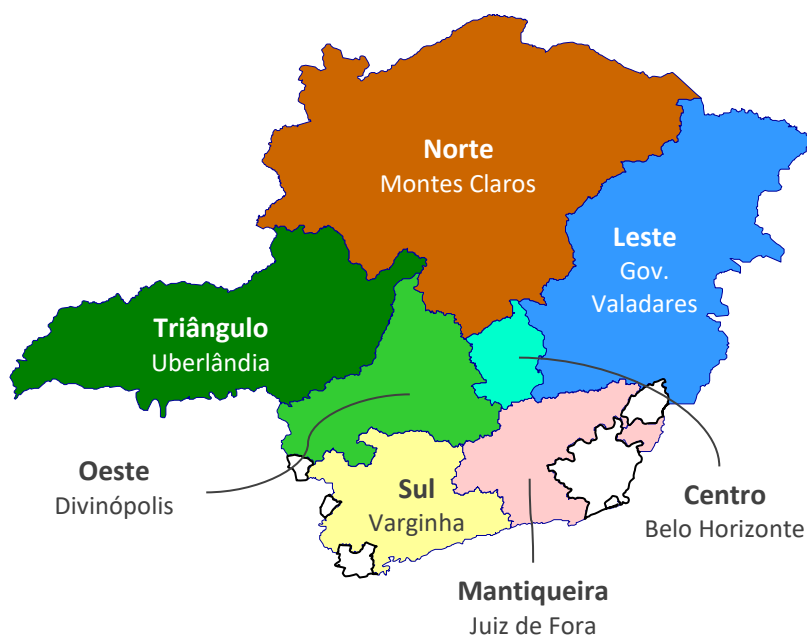
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

Sua área de concessão abrange 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, com 574.844 km de redes de distribuição, sendo 124.946 km em área urbana, 431.413 km de redes rurais e 18.485 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 9.035 mil clientes em 2022.

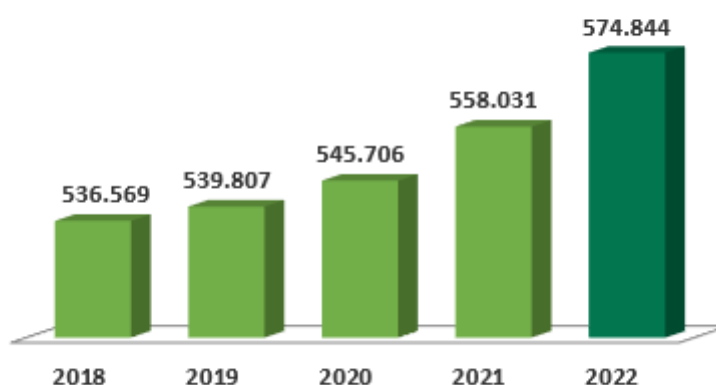
A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 1.187 mil consumidores neste perfil, o que representa, aproximadamente, 16% do total de consumidores faturados na classe residencial.

Área de Atuação



No gráfico a seguir podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

Linhas e Redes de Distribuição (Km)



Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig D nos negócios aplicáveis):

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Código de Conduta Cemig

Aprovado pelo Conselho de Administração da Cemig em 18 de abril de 2022, o novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são o respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

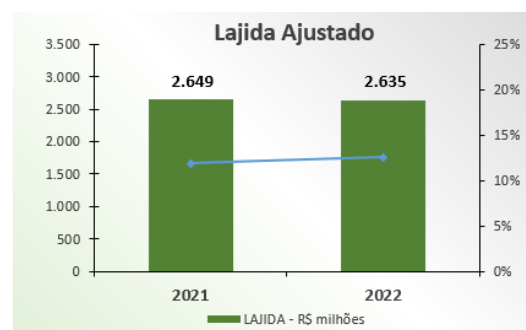
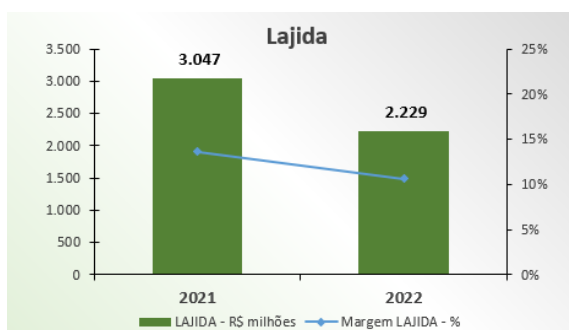
Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2022, lucro de R\$443 milhões em comparação a R\$1.701 milhões no exercício de 2021. As principais variações na comparação dos resultados de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	Nota	2022	2021	Var %
Lucro líquido do exercício		443	1.701	(73,96)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	9d	(67)	655	-
Resultado financeiro líquido	25	1.115	8	-
Amortização	24c	738	683	8,05
= Lajida (1)		2.229	3.047	(26,85)
Devolução de Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS a consumidores	23	830	-	-
Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	21	(42)	(89)	(52,81)
Baixa do saldo da obrigação pós emprego do seguro de vida	20	-	(309)	-
TARD relacionado a uso de infraestrutura		(145)	-	-
Provisões Tributárias - Indenização do Anuênio	21	98	-	-
Alteração na estimativa das perdas de créditos esperadas	7	(131)	-	-
Ganho no MVE - Mecanismo de Venda de Excedentes, líquido de tributos	23c	(204)	-	-
= Lajida ajustado (2)		2.635	2.649	(0,53)

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156/2022, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.



O Lajida reduziu 26,85% em 2022 em comparação a 2021, enquanto a margem do Lajida passou de 13,64% em 2021 para 10,66% em 2022. O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes reduziu 0,53% no exercício de 2022, em comparação ao exercício de 2021, enquanto a sua margem passou de 11,86% em 2021 para 12,60% em 2022.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2022	2021
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	20.209	21.713
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	2.360	1.317
Receita de uso da rede - consumidores livres	3.715	3.473
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos	(1.146)	2.146
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	3.193	1.802
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores	(830)	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	39	54
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(94)	(71)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	453	453
Outras receitas operacionais	2.462	2.449
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(9.442)	(10.992)
	20.919	22.345

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$20.209 milhões em 2022, em comparação a R\$21.713 milhões no exercício de 2021, representando uma redução de 6,93%. Os principais impactos na receita em 2022 decorrem dos seguintes fatores:

	2022			2021			Variações (%)	
	MWh (3)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	11.216.803	10.133	903,38	11.185.772	11.123	994,39	0,28	(8,90)
Industrial	1.532.562	1.240	809,10	1.694.611	1.333	786,61	(9,56)	(6,98)
Comércio, serviços e outros	4.541.506	5.024	1.106,24	4.143.117	4.613	1.113,41	9,63	8,91
Rural	3.061.899	2.041	666,58	3.944.412	2.557	648,26	(22,36)	(20,18)
Poder público	855.672	660	771,32	729.312	583	799,38	17,28	13,21
Iluminação pública	1.138.039	535	470,11	1.225.733	718	585,77	(7,18)	(25,49)
Serviço público	1.400.256	841	600,60	1.418.306	879	619,75	(1,27)	(4,32)
Subtotal	23.746.737	20.474	862,18	24.341.263	21.807	895,89	(2,44)	(6,11)
Consumo próprio	30.942	-	-	33.074	-	-	(6,06)	-
Suprimento a outras Concessionárias (2)	-	60	-	-	1	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(325)	-	-	(95)	-	-	-
Total	23.777.679	20.209	849,91	24.374.337	21.713	890,81	(2,45)	(6,93)

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(3) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

- redução de 22,36% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe rural devido, principalmente, à redução de 31,3% no número de consumidores dessa classe, os quais migraram para outras classes como consequência do atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020, a qual determinou a readequação de clientes que não realizassem seu recadastramento e comprovação da atividade geradora do benefício tarifário que faziam jus;
- redução de 9,56% na quantidade de energia faturada para os consumidores industriais, devido à migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre, somada à retração do setor industrial no estado de Minas Gerais em relação ao exercício anterior;
- redução de 7,18% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe de iluminação pública devido, principalmente, à substituição de lâmpadas comuns para lâmpadas de LED, ocorrida em algumas prefeituras;
- aumento de 17,28% na quantidade de energia faturada para a classe de poder público, devido ao retorno de atividades pós pandemia e à reclassificação de unidades consumidoras das classes Rural e Serviço Público para a classe do Poder Público, em atendimento à REN Aneel nº 901/2020;
- aumento de 9,63% na quantidade de energia faturada para a classe de comércio e serviços, em função do aumento no número de consumidores nesta classe, devido, principalmente, à migração de clientes das classes de Serviços Públicos e Rural, em atendimento à REN Aneel nº 901/2020.

Adicionalmente aos comentários acima, deve ser também destacada a redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica no segundo semestre de 2022 em função da fixação da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo no limite máximo de 18% e a não incidência desse tributo sobre os serviços de distribuição e os encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2022, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.715 milhões, comparada a R\$3.473 milhões em 2021, representando um aumento de 6,97%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 22,82% na tarifa média sobre os clientes livres no exercício de 2022, comparado ao mesmo período de 2021, parcialmente compensado pela redução na alíquota de ICMS, conforme já comentado anteriormente. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 1,99% na energia transportada no exercício de 2022, em comparação ao exercício anterior.

	MWh (1)		
	2022	2021	Var %
Industrial	20.666.410	20.446.578	1,08
Comercial	1.760.697	1.535.217	14,69
Rural	40.142	44.161	(9,10)
Serviço Público	13.130	3.650	259,73
Poder Público	2.662	-	-
Concessionárias	300.924	310.178	(2,98)
Total de energia transportada	22.783.965	22.339.784	1,99

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

Em 2022, foi reconhecida uma despesa no montante de R\$1.146 milhões, em comparação à receita no montante de R\$2.146 milhões reconhecidos em 2021. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos custos com compra de energia elétrica para revenda, em função do cenário hidrológico mais favorável em 2022, destacando-se a redução dos custos de energia adquirida em leilões, devido à redução nos despachos térmicos, além da diminuição dos custos com Encargos de Serviços do Sistema por efeito da redução dos despachos térmicos fora da ordem de mérito. Também contribuiu para a constituição de CVA a devolver aos consumidores os pagamentos da liquidação da energia na CCEE em valores inferiores aos que foram pagos em 2021, devido, sobretudo, à redução do PLD em 2022, que se manteve no mínimo durante quase todo o ano.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

A Companhia registrou uma receita de realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R\$2.360 milhões em 2022 comparada a R\$1.317 milhões no exercício anterior. Essa recomposição da receita decorre da tarifa da Cemig, vigente no período de junho de 2022 a maio de 2023, estar com o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de Pis/Pasep e Cofins. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 17.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$3.193 milhões em 2022, comparados a R\$1.802 milhões em 2021, demonstrando um aumento de 77,19%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Companhia em relação ao exercício anterior, destacando-se o aumento na realização de atendimento ao mercado, principalmente devido ao aumento de solicitações para ligações de clientes,

execução do projeto de Infraestrutura Avançada de Medição, com a instalação de 230 mil medidores inteligentes, além da expansão do sistema de alta tensão, com a energização de 45 subestações novas e ampliadas, e construção de 896 Km de linhas de distribuição.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no exercício, em ativos da concessão.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$9.442 milhões em 2022 comparados a R\$10.992 milhões em 2021, representando uma redução de 14,09%. Essa redução decorre, substancialmente, da redução da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo e não incidência desse tributo sobre os serviços de distribuição e os encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, conforme já mencionado.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$19.426 milhões em 2022, comparados a R\$19.982 milhões em 2021, representando uma redução de 2,78%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 24 destas demonstrações financeiras.

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$40 milhões no exercício de 2022, comparada a R\$94 milhões no exercício anterior, representando uma redução de 57,60%. Esta variação decorre, basicamente, da alteração nos critérios para cálculo da participação, conforme disposto nos acordos coletivos relativos ao Programa de Participações nos Lucros e Resultados da Cemig de 2022 e 2021.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2022 foi uma despesa no montante de R\$420 milhões, em comparação a uma recuperação de despesa de R\$19 milhões em 2021. Essa variação decorre, principalmente, das alterações realizadas em 2021, pela Companhia, no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados. A Companhia cessou o pagamento desse benefício pós-emprego e, dessa forma, realizou a baixa do saldo da obrigação em contrapartida ao resultado (mais detalhes na nota explicativa nº 20 destas demonstrações financeiras).

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$9.171 milhões em 2022, comparado a R\$11.447 milhões em 2021, representando uma redução de 19,88%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 46,16% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$3.380 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$6.278 milhões no exercício de 2021. Essa redução decorre, principalmente, da redução nos despachos por disponibilidade das usinas térmicas e da redução na aquisição de energia via Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD;
- redução de 56,36% no custo com energia de curto prazo, sendo de R\$434 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$995 milhões no exercício de 2021, justificada, principalmente, pela variação do PLD, que teve seu valor médio de R\$58,72 em 2022, comparado ao valor médio de R\$274,11 no exercício anterior;
- redução de 15,51% no custo com energia binacional de Itaipu, sendo de R\$1.644 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$1.946 milhões no exercício de 2021. Essa redução decorre, principalmente, da redução no preço da demanda de Itaipu, em dólar, de US\$28,07/KW para US\$24,73KW, definida por resolução;
- aumento de 55,91% no custo com geração distribuída, sendo de R\$1.977 milhões em 2022 comparado a R\$1.268 milhões em 2021. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (191.153 em dezembro de 2022, comparada a 115.868 em dezembro de 2021) e do aumento na quantidade de energia injetada (3.041 GWh no exercício de 2022, comparado a 1.920 GWh no exercício de 2021);
- aumento de 11,14% no custo com contratos por cotas de garantia física, sendo de R\$973 milhões em 2022 comparado a R\$875 milhões em 2021. Esse aumento decorre do reajuste anual das RAG's das usinas de Cotas, definido por resolução, sempre em julho;
- aumento de 46,04% no custo com cotas das usinas de Angra I e II, sendo de R\$357 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$245 milhões no exercício de 2021. Essa variação decorre do reajuste financeiro anual, definido por resolução, em que o valor mensal passou de R\$20,3 milhões em 2021 para R\$29,7 milhões em 2022;
- aumento de 17,98% no custo com contratos bilaterais, sendo de R\$493 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$418 milhões no exercício de 2021. Esse aumento decorre, principalmente, do reajuste anual dos contratos bilaterais do ACR.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 24a destas demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$2.767 milhões em 2022, comparados a R\$3.406 milhões em 2021, representando uma redução de 18,75%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela redução de 56,65% nos custos com Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), decorrente do menor despacho de usinas fora da ordem de mérito, parcialmente compensada pelo aumento de 39,47% nos custos com Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) em relação ao exercício anterior, devido a créditos que a Companhia possuía em 2021 que acabaram por reduzir seus custos.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 12b destas demonstrações financeiras.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$399 milhões em 2022 comparadas a R\$198 milhões em 2021, representando um aumento de 101,22%. As principais variações que explicam essa redução são:

- variação nas provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R\$140 milhões no exercício de 2022, em comparação a uma reversão líquida de R\$18 milhões no exercício de 2021. Esta variação decorre, principalmente, do provisionamento das contribuições previdenciárias da ação de Indenização do Anuênio, bem como da atualização financeira das ações relacionadas às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), as quais são corrigidas pela taxa Selic (mais detalhes na nota explicativa nº 21);

- aumento nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$68 milhões no exercício de 2022, em comparação a R\$1 milhão no exercício de 2021. Esse aumento decorre, principalmente, do julgamento do tema que trata da prevalência do negociado sobre o legislado, movimentando diversos processos das mais variadas fases e matérias, levando a um aumento das adições;
- redução de 16,93% nas perdas de créditos esperadas (PCE), que apresentou uma constituição de R\$108 milhões em 2022 em comparação a R\$130 milhões em 2021, em função, da menor inadimplência observada nos últimos 12 meses e, adicionalmente, da revisão das regras de mensuração das perdas, buscando uma maior aderência ao comportamento da inadimplência da Companhia.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2022 foi uma despesa financeira de R\$1.115 milhões, comparada a uma despesa financeira de R\$8 milhões em 2021. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento da despesa financeira líquida com atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base cálculo, sendo de R\$1.335 milhões no exercício de 2022, comparada a R\$25 milhões no exercício anterior. Esse aumento decorre do aumento do passivo a restituir aos consumidores no exercício de 2022, em cumprimento à determinação legal de destinação integral pelas distribuidoras, em proveito dos consumidores, dos valores objeto da repetição do indébito;
- redução de 28,26% nas receitas com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$325 milhões no exercício de 2022, comparadas a R\$453 milhões em 2021. Essa variação deve-se ao menor nível de inadimplência da Companhia no atual exercício devido ao reforço no emprego das ferramentas de cobrança, bem como da alteração na cobrança do ICMS, da redução dos valores das contas de energia devido às bandeiras tarifárias de 2021, e à alteração do indicador de atualização financeira, tendo sido IGP-M até maio de 2022 e mudando para IPCA a partir de junho, conforme determinado pela Resolução Normativa nº 932/2021 da Aneel;
- aumento de 189,06% no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira de R\$185 milhões em 2022, comparada a R\$64 milhões em 2021. Essa variação decorre, basicamente, do aumento da taxa Selic, indexador do saldo, quando comparada ao exercício anterior.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, em 2022, recuperação de despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$67 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$377 milhões. Em 2021, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$655 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.355 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9d destas demonstrações financeiras.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$441 milhões, em comparação a R\$199 milhões em 31 de dezembro de 2021, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2022 totalizou R\$3.462 milhões comparado a uma geração de caixa líquido de R\$587 milhões em 2021. Essa variação decorre principalmente do maior dispêndio de recursos, em 2021, com compra de energia e encargos de uso da rede básica de transmissão em relação aos valores que haviam sido incluídos no reajuste tarifário.

Fluxo de caixa consumido (gerado) pelas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2022 totalizou R\$3.113 milhões, comparativamente à geração de caixa de R\$376 milhões em 2021. Essa variação decorre, principalmente, do aumento dos investimentos realizados nos ativos de infraestrutura de distribuição de energia elétrica em 2022, totalizando R\$3.244 milhões (R\$1.790 milhões em 2021). Em 2021 houve o resgate líquido de recursos em títulos e valores mobiliários de R\$2.165 milhões, em comparação ao montante de R\$131 milhões em 2022.

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento em 2022 totalizou R\$107 milhões, comparado ao caixa consumido de R\$1.423 milhões em 2021. Essa variação decorre da obtenção de empréstimos, líquidos dos custos de transação, no montante de R\$988 milhões em 2022, parcialmente compensada pelo pagamento de empréstimos e financiamentos adquiridos no passado.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2023, a seguinte proposta de destinação do lucro de 2022, no montante de R\$443 milhões:

- R\$21 milhões relativos a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$16 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2022 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$261 milhões sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”);
- R\$145 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2023.

O pagamento dos dividendos será realizado até 30 de dezembro de 2023, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

Considerando que os juros sobre o capital próprio declarados em 2022 foram superiores aos dividendos previstos no Estatuto Social, a Administração irá propor que dos R\$577 milhões declarados, o montante de R\$268 milhões, já líquido do imposto de renda, seja destinado para aumento de capital social.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

A Companhia apresentou relevante geração de caixa de suas atividades operacionais em 2022, fruto de um elevado índice de arrecadação, rigoroso combate à inadimplência, bem como perdas e despesas operacionais (opex) enquadradas nos limites regulatórios. Tal equilíbrio possibilitou a execução de um volume expressivo de investimentos sem afetar negativamente sua alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações e continuidade do seu programa de investimentos.

Em junho de 2022, a Cemig D concluiu a liquidação da sua 8ª Emissão de Debêntures Simples, da espécie quirografária com garantia fidejussória e com um volume de R\$1 bilhão em 2 séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$500 milhões com incidência de juros remuneratórios de CDI + 1,35% a.a., *bullet*, com prazo de 5 anos. A 2ª série, também no valor de R\$500 milhões, tem incidência de juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 6,11% a.a., com prazo de 7 anos e amortizações no 6º e 7º ano.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que as agências internacionais de classificação de risco Standard & Poor's e Fitch Ratings mantiveram os *ratings* da Cemig D, além da melhoria do *rating* promovido pela agência Moody's que o elevou em escala global, de "Ba3" para "Ba2", igualando-o ao *rating* soberano do Brasil e de AA-.br para AA.br em nível nacional, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da qualidade de crédito da Companhia, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento do Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo.

A tabela a seguir apresenta a posição de *ratings* da Cemig D nas três principais agências:

Fitch		Grau de investimento										Grau Especulativo										
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D	

Moody's		Grau de investimento										Grau Especulativo										
Global		Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C

S&P		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D

Os detalhes sobre Empréstimos e Debêntures da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

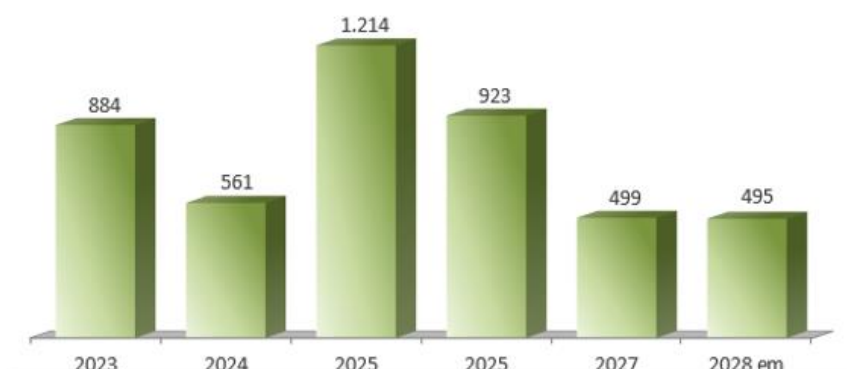
A Companhia conta com *covenants* financeiros restritivos, atrelados a todas as emissões de debêntures, que limitam a sua capacidade de endividamento e distribuição de dividendos da Cemig D e da Cemig, como garantidora.

O endividamento bruto da Cemig D, em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$4.576 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3,3 anos.

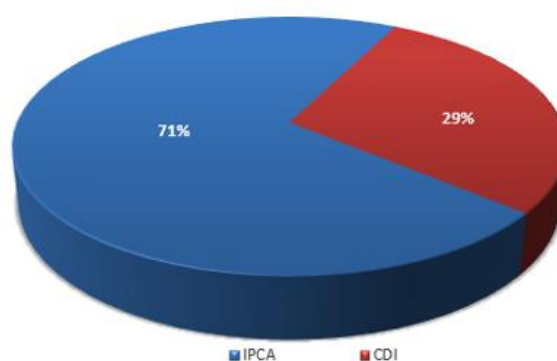
O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Cronograma de Amortizações da Dívida

Posicionamento em Dezembro/2022 (R\$ milhões)



Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2022



Para a dívida cuja referência é o IPCA, existe um *hedge* natural, dado que a receita da atividade de distribuição é corrigida por esse índice. O custo real da dívida da Cemig D é de 5,80% a.a. a preços constantes e de 11,96% a.a. em custo nominal.

AMBIENTE REGULATÓRIO

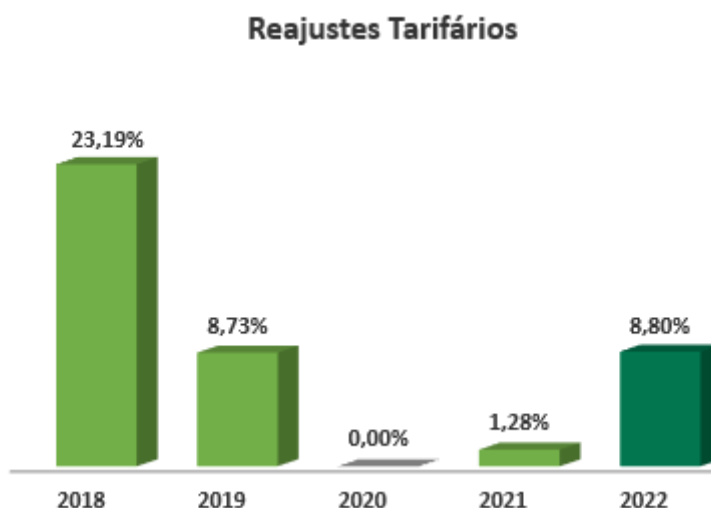
Reajuste tarifário anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente em 28 de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 24 de maio de 2022, na 18ª Reunião Pública Ordinária da Aneel, a Diretoria Colegiada da Agência decidiu postergar a vigência das tarifas da Companhia.

Em 21 de junho de 2022, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição, para vigência no período de 22 de junho de 2022 a 27 de maio de 2023, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 8,80%. Para os consumidores residenciais (B1) o impacto médio foi de 5,22%, bem abaixo do reajuste médio das tarifas residenciais no Brasil, que foi 10,61%. O período em que as tarifas ficaram sem a vigência do novo reajuste, de 28 de maio a 21 de junho de 2022, teve o seu efeito financeiro calculado para compensação posterior à Cemig D.

Na composição do reajuste homologado, a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, representou 3,89% e a variação dos custos não controláveis, já considerada a devolução parcial dos créditos de Pasep/Cofins, contribuíram com os demais 4,91%.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 23,1% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 76,9% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Companhia, com destaque para a compra de energia e impostos.

INVESTIMENTOS

Os investimentos em distribuição, no ano de 2022, foram de aproximadamente R\$3.056 milhões, representando um aumento de mais de 75% em relação aos investimentos do exercício anterior (R\$1.740 milhões).

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos relevantes de 2021 a 2025, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Esse maior investimento também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica, atendimento ao cliente e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

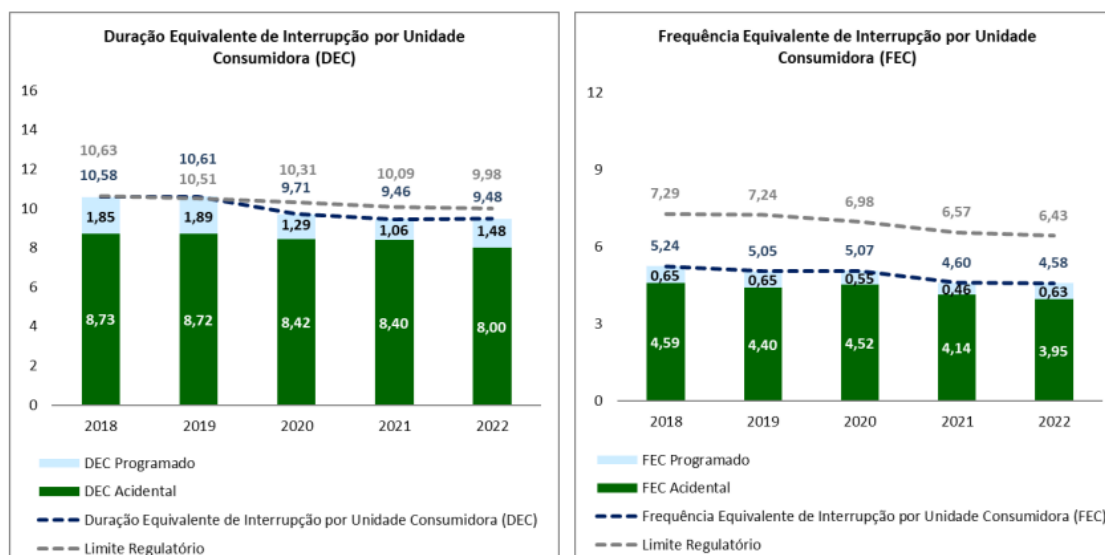
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) obteve em 2022 o resultado de 9,48 (horas), frente ao limite regulatório de 9,98 (horas). Ressalta-se que o desempenho no DEC Acidental em 2022 foi o melhor dos últimos anos, com o valor de 8,00 (horas), apresentando redução significativa em relação ao ano anterior. O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) demonstra relevante redução ao longo dos anos, tendo sido apurado o valor de 4,58 interrupções em 2022, frente ao limite regulatório de 6,43 interrupções.

Esses resultados reforçam o compromisso com a melhoria contínua no atendimento aos clientes por meio do aumento de investimentos e eficácia na aplicação dos recursos.

Os gráficos abaixo retratam os resultados de DEC e FEC dos últimos cinco anos:



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e digital, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D possui área de concessão no Estado de Minas Gerais está presente em 774 municípios do estado. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 139 agências e 638 postos de atendimento. Em 2022, em função da continuidade da pandemia de Covid-19, a empresa seguiu com os protocolos de segurança sanitária para a segurança de seus consumidores e colaboradores.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo Vídeo atendimento e Chat. O número de protocolos registrados em 2022 foi de 7,4 milhões.

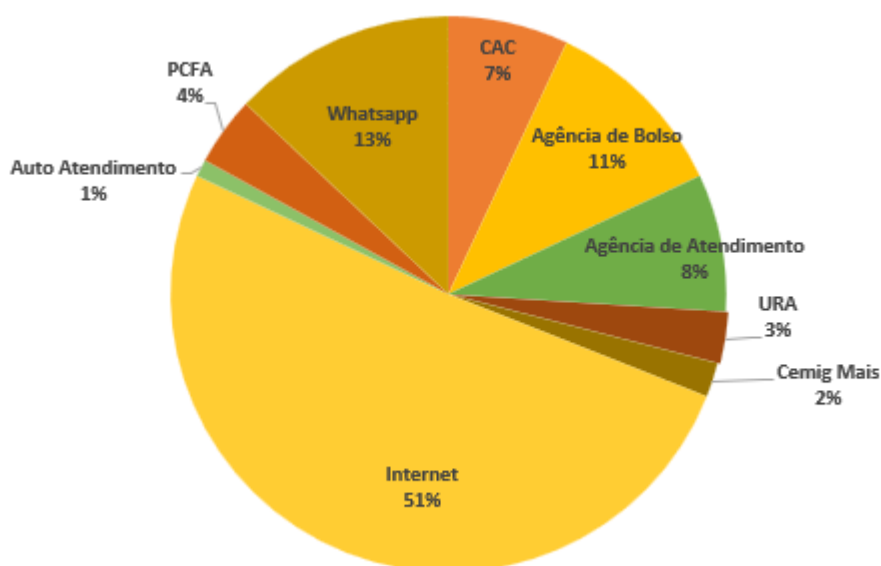
Além do seu site, com mais de 53 milhões de protocolos em 2022, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Telegram, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 13 milhões de protocolos registrados.

Destaca-se também o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou 11 milhões de protocolos em 2022.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizadas no interior das agências, e em cinco pontos externos, foram realizados aproximadamente 0,9 milhão de protocolos.

No total, a Companhia teve cerca de 122,3 milhões de atendimentos em 2022, por meio dos seus diversos canais.

Abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2022:



Satisfação do consumidor

Como referência do trabalho realizado pela concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP – Índice de Satisfação da Qualidade Percebida, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado no final do mês de agosto de 2022, no qual a Companhia atingiu 67,7% de índice de satisfação. Essa pontuação foi maior que o resultado geral da Abradee, que ficou em 67%, fato esse que indica que, apesar dos esforços da concessionária em melhorar seu atendimento aos clientes, são necessárias ações de melhoria contínua.

Na busca da melhoria contínua no atendimento aos nossos clientes, com reflexo nos indicadores de satisfação, a Companhia implantou pesquisas mensais do NPS - *Net Promoter Score*, Global e Transacional, para aprimorar o entendimento das necessidades dos clientes e assim atuar de forma mais eficiente nas reclamações dos nossos clientes.

A pesquisa IASC 2022 foi realizada no período de 5 de julho a 5 de outubro de 2022, com a aplicação de questionários em municípios sorteados nas áreas de concessão.

O resultado da pesquisa será conhecido somente em abril de 2023.

Transformação do Atendimento

A Cemig possui uma parceria estratégica para transformar o relacionamento com os mais de 9 milhões clientes no Estado de Minas Gerais.

O projeto Cliente+ tem como principal objetivo prover uma operação *omnichannel*, ou seja, convergência dos canais de atendimento existentes (telefônico, presencial e digital), que proporciona um atendimento cognitivo e integrado entre as várias plataformas utilizadas pelos clientes.

Para que a operação alcance a efetividade desejada, foi criada uma estrutura de gestão denominada Torre de Controle, que por meio do desenvolvimento de uma arquitetura de dados e inteligência analítica transcritas em *dashboards* realiza o suporte e monitoramento em tempo integral da operação. De forma ágil e direcionada é capaz de tratar inconsistências, redefinir processos e aplicar melhorias na operação.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 1 milhão de clientes em 2022, o que representa um aumento de 38,48% em relação ao ano de 2021 (725 mil clientes). Diversas iniciativas foram realizadas ao longo do ano de 2022 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, visto que essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes, proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente e redução de custos para a Companhia.

Gestão da inadimplência e arrecadação

O ambiente doméstico relativo ao inadimplemento da população para contas básicas mostrou-se desafiador em 2022, sendo o setor de *utilities* um dos grandes afetados.

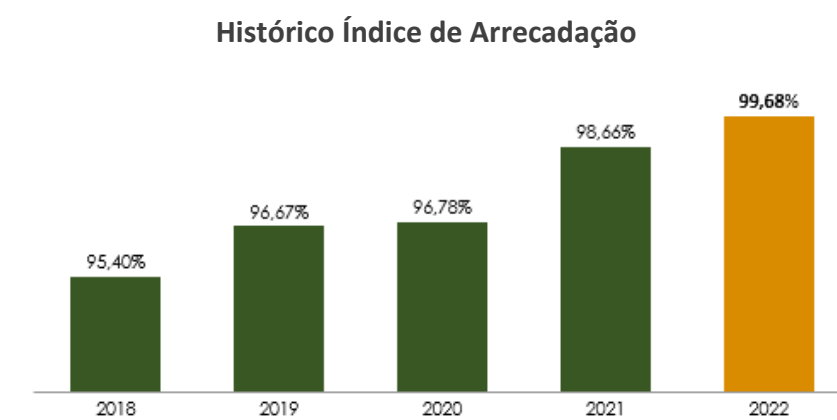
Entretanto, os resultados obtidos pelo segmento de distribuição foram positivos, decorrente de uma série de iniciativas adotadas pela Companhia, conforme abaixo:

- Intensificação e aprimoramento no emprego das ações de cobrança, mais de 20% de ações comparado a 2021. Ocorreram mais de 35 milhões de cobranças através de telecobrança, SMS e e-mail (incluindo notificações prévias ao vencimento das faturas), 2 milhões de cartas cobranças emitidas e entregues pelos leituristas em conjunto com as faturas do mês correntes, 5,7 milhões de negativações, 1,9 milhões de suspensões de fornecimento e 272 mil protestos de títulos junto a cartórios;
- Forte atuação da cobrança administrativa, através de empresa parceira e específica para esse fim, em dívidas de varejo mais difícil recebimento - ou seja, aquelas vencidas há mais de 1 ano ou provenientes de faturamento de consumo irregular;
- Implementação de um núcleo específico de cobrança de consumo irregular, com tratamento de carteira selecionada;
- Atuação sistemática de equipe especializada junto aos grandes clientes, hospitais e o poder público (p.ex. Governo do Estado de MG vide detalhamento na nota explicativa nº 7);
- Estímulo para adesão aos meios de pagamentos eletrônicos, mais acessíveis. No primeiro semestre de 2022, a Cemig D realizou a campanha promocional “Conta com PIX”, o que alavancou a participação de pagamentos nessa modalidade para 12% das faturas mensais arrecadadas;
- Disponibilização da opção de pagamento por meio de cartão de crédito por meio dos canais digitais e diretamente com as equipes de serviço de campo;

- Realização de campanhas de negociação, junto aos canais digitais, e Procon's;
- Desoneração de impostos, através da redução do ICMS sobre a energia faturada nos últimos trimestres do ano, a não incidência de custos extras de bandeiras tarifárias e os efeitos das políticas de transferência de renda no segundo semestre do ano;
- Aprimoramento das regras vinculadas à PCE – Perdas de Créditos Esperadas.

Índice de Arrecadação - ARFA

O índice de arrecadação, na janela móvel dos últimos 12 meses, superou resultados históricos, encerrando o ciclo de 2022 em 99,68%, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:



PCE – Perdas de Créditos Esperadas

O resultado do índice no exercício de 2022 foi de R\$108 milhões, a comparação com os exercícios anteriores fica limitada em face dos ajustes em 2021 e 2022 nos critérios para classificação de créditos que entraram em “default” para melhor refletir a experiência de perda de crédito da Companhia impactada pela implementação nos últimos anos por diversas iniciativas de cobrança (efeito total de R\$138,8 milhões).



Gestão de Perdas

O índice de perdas totais da distribuição - IPTD em 2022 foi de 11,11% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando uma redução de 0,12% em relação ao resultado de 2021, de 11,23%. O IPTD de 2022 é composto de 8,77% de perdas técnicas e 2,34% de perdas não técnicas. Esse resultado está dentro da meta estabelecida pela Aneel para a Cemig D para o ano de 2022, que foi de 11,22%. Destaca-se que, pelo segundo ano consecutivo, a Companhia manteve os níveis de perdas abaixo dos limites regulatórios, graças à implementação do plano de recuperação de energia em 2022.

Dentre as principais ações do plano de recuperação de energia de 2022, destacam-se: a realização de 401 mil inspeções em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; substituição de 612 mil medidores obsoletos; retirada de 4,3 mil ligações clandestinas; instalação de 237 mil medidores inteligentes, e intensificação das cobranças de consumo irregular (faturados 295 GWh).

Importante destacar que a Companhia, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza a tele medição dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa o monitoramento remoto de cerca de 63% do consumo associado. Tal monitoramento permite identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2023, visando manter a trajetória de redução das perdas abaixo dos limites regulatórios, estão previstas diversas ações de combate e controle de perdas, destacando-se: inspeções em unidades consumidoras, campanhas de comunicação junto à população, criminalização de fraudadores reincidentes, modernização do parque de medição, ampliação do número de medidores inteligentes, regularização de ligações clandestinas em comunidades de baixa renda (Programa Energia Legal).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2022, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a KPMG Auditores Independentes Ltda.. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia são apresentados abaixo:

Serviços	2022	2021
Auditoria de demonstrações financeiras e obrigações acessórias	1.230	2.269

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resolução CVM nº 162/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o Desenvolvimento Ético e Sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 há 18 anos. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”) Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho da Cemig em 2022, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos:

Desempenho Ambiental

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP - instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e Estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Em 2022, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$20,9 milhões. Os recursos foram aplicados em investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais.

Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário dos resíduos no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Suprimentos de Material e Serviço fica responsável pela destinação final do resíduo.

Em 2022 foram encaminhadas para destinação final 44,5 mil toneladas de resíduos e sucatas, tendo sido praticamente toda a sua totalidade reciclada ou alienada, o que gerou para a Companhia uma receita bruta de aproximadamente R\$59 milhões.

Devido à imprevisibilidade da quantidade de resíduos a serem gerados pela Cemig D, uma vez que essa geração é consequência do desempenho do Sistema Elétrico, não há metas de redução de resíduos estipuladas pela Companhia. Apesar de serem empregadas técnicas modernas de Operação e Manutenção, objetivando a menor geração possível de resíduos, ainda assim, não é possível precisar o momento exato da desativação de alguns equipamentos ou componentes, já que sua gestão prevê uma utilização otimizada e que sua vida útil considera inúmeras variáveis que não dependem de gestão humana.

Como contribuições de melhorias ambientais, a Companhia reitera suas ações de consolidação de reciclagem e reuso destes materiais, bem como técnicas de destinação final ambientalmente adequadas.

Mudanças Climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, a Cemig assinou, em 2022, termo de adesão à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero, do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa adesão reforça o compromisso firme da Cemig com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Companhia.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

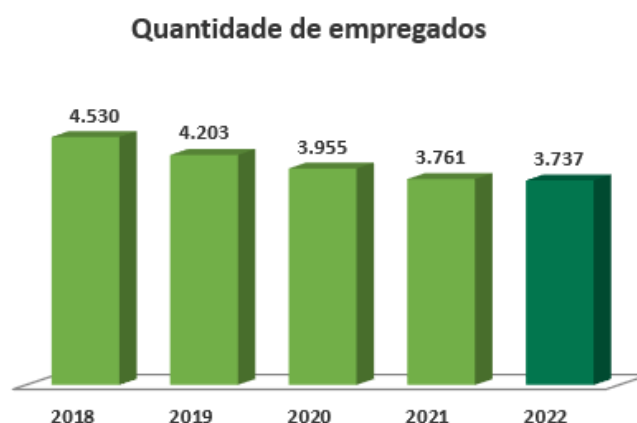
Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de colaboradores

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig Distribuição segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução relevante no quadro de colaboradores nos últimos anos, passando de 4.530 em 2018 para 3.737 colaboradores em 2022, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Em 2022 a Companhia viabilizou a admissão de 317 novos empregados. As admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente, em áreas essencialmente técnicas.

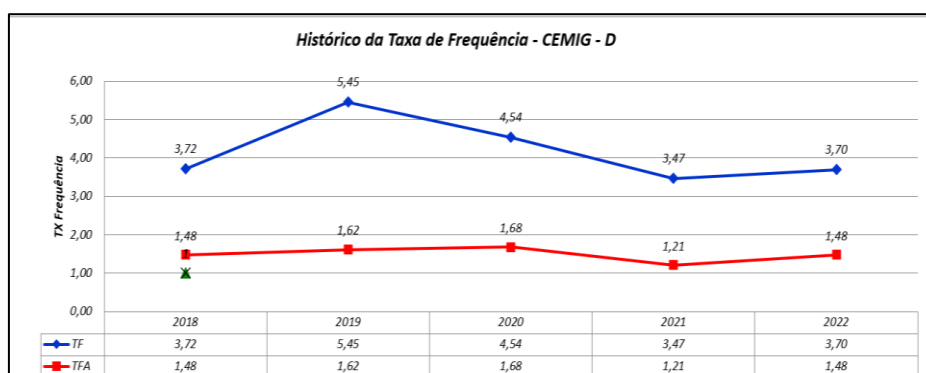
Foram realizadas também admissões para o preenchimento de posições gerenciais nos casos em que o recrutamento externo se apresentou mais adequado, em conformidade com a nova política de pessoal, que passou a permitir a contratação de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Durante todo o ano de 2022 continuaram a ser adotados pela nossa força de trabalho os protocolos de saúde, baseados nos acompanhamentos da evolução da Covid-19 em todo o país.

O desafio de atuação permanente da área de saúde no monitoramento contínuo dos trabalhadores e a utilização do aplicativo, através do qual as informações são prestadas pelos mesmos, contribuíram de forma positiva para resguardar a saúde dos trabalhadores e seus familiares, além de minimizar a transmissibilidade da doença no ambiente interno da Companhia.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA), apresentamos os dados de 2022 bem como os dados dos últimos 5 anos:



Comparando com o ano de 2021, tivemos um aumento nas taxas de acidentes, quebrando uma série que vinha decrescendo desde 2019. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a retomar a tendência de redução do TFA e TF nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.

Clima e Cultura Organizacional

No mês de outubro de 2022, a Cemig aplicou a Pesquisa de Engajamento e Clima, com o objetivo de conhecer os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento, de forma a trazer objetividade a temas que possam vir a interferir no clima organizacional. A pesquisa contou com a participação de 59% do quadro de empregados próprios e atingiu o percentual de 75% de favorabilidade. Este resultado registra um salto de 11% nos índices de satisfação dos empregados no comparativo com a pesquisa realizada em 2021.

A Cemig tem atuado fortemente para promover uma nova cultura que possibilite o atendimento das necessidades e obtenção dos resultados organizacionais, por meio do programa “Novas Energias” que se iniciou em 2020. A partir deste diagnóstico, foram desenhados pacotes com práticas que visam desenvolver uma série de processos relacionados à gestão de pessoas, com o objetivo de alavancar os resultados alinhados ao fortalecimento da cultura desejada.

As principais práticas abordadas nestes pacotes foram a criação de modelos estruturados para: governança interna por meio de ligas estratégicas, trilhas de carreiras, recrutamento e seleção (interno e externo), integração, programa de reconhecimento, comunicação interna, gestão de performance, trilha de carreira, desenvolvimento de futuros líderes e processo de sucessão. Além disso, foram realizados módulos teóricos de desenvolvimento da liderança, com o objetivo de manter os gestores alinhados ao que é esperado em relação às práticas desenvolvidas pelo time do Projeto Novas Energias.

Alguns projetos de destaque no ano de 2022 são:

Programa AI6%: o programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2022 do AI6% envolveu a participação de 1.391 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R\$1 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 145 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Companhia foi de aproximadamente R\$1,5 milhão. No total, foram destinados R\$2,5 milhões para entidades distribuídas em 77 municípios da área de influência da Cemig.

Programa de Voluntariado Empresarial: o programa engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas. Grandes transformações sociais podem ser promovidas a partir do trabalho voluntário. Oferecer ajuda sem receber nenhuma contrapartida financeira para isto, muda a forma de olhar para o mundo, serve de exemplo para as novas gerações e traz benefícios como aumento da empatia, desenvolvimento pessoal e reforço dos laços com os que estão à sua volta.

Programa Você - Voluntariado: engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, o Você foi criado em três pilares, sendo o primeiro o de incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema. O segundo é a

realização de ações transformadoras, nas quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino. Já o terceiro e último pilar são as ações propostas por empregados na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Foi um ano atípico, de mudanças no Voluntariado, de retorno ao trabalho presencial e de algumas restrições devido ao período eleitoral, mas ainda assim foram realizadas ações com impactos positivos na sociedade, como exemplo as ações assistencialistas, realizadas conforme a necessidade do momento.

Campanha SOS Chuvas: Foram mais de 600 cidades sob alerta e milhares de pessoas prejudicadas pelos estragos que as fortes chuvas causaram no estado de Minas Gerais. Para contribuir com as ações assistencialistas, a Cemig disponibilizou pontos de coleta nas agências, em 17 municípios mineiros, para arrecadações de água mineral, itens de higiene pessoal, alimentos não perecíveis, materiais de limpeza, roupas de cama e banho, que contribuíram com as pessoas que sofreram com as enchentes do início do ano.

Dia V – Dia do Voluntariado: O evento aconteceu em Santa Luzia, na Escola Estadual Tancredo Neves, e atendeu os moradores do entorno e da ocupação Vitória, comunidade da região do Isidoro. Foram 685 beneficiados, 94 voluntários e 34 parcerias. A ação propiciou aos moradores uma série de benefícios gratuitos como atendimento médico (médico da família, nutricionista, psicólogos, aferição de pressão e glicose), orientações sobre saúde bucal, bazar solidário, oficina de beleza (tranças, corte de cabelo, sobrancelha, maquiagem e esmaltação), atendimento jurídico (vara de família), orientação e construção de currículos, orientação financeira, orientação para segurança da população com a rede elétrica, apresentação artística, telescópio solar, além do circuito de brincadeiras para as crianças recheado de pipoca e algodão doce.

Em 2022, o Programa de Voluntariado divulgou um total de 21 ações, entre elas, ações assistencialistas, informativas, doações de itens, doações financeiras e ações propostas pelos empregados. Participaram das ações como voluntários(as) 183 empregados, totalizando mais de 400 horas de atuação voluntária pela força de trabalho do Grupo Cemig.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a empresa com maior investimento em cultura em Minas Gerais, com investimentos em 2022 de R\$69,8 milhões em 146 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Saúde

No ano de 2022, a Cemig investiu R\$18,5 milhões em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 166 unidades hospitalares, envolvendo a instalação de usinas fotovoltaicas e a substituição de equipamentos ineficientes por outros mais modernos.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

Nos últimos 4 anos, a Cemig destinou mais de R\$17 milhões para projetos esportivos, impactando positivamente a vida de mais de 10 mil crianças e adolescentes, em 35 municípios de todas as regiões de Minas Gerais. Deste montante, 30% foram originários da lei estadual do esporte e 70% da lei federal.

Para a Cemig a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte. Desde 2019, a Companhia tem investido no projeto "Jogue como uma garota", que tem o objetivo de promover o esporte para meninas em situação de vulnerabilidade social na região metropolitana de Belo Horizonte. Com mais de R\$1,5 milhão investidos, o projeto tem conseguido trazer inúmeros benefícios para as comunidades carentes da região. Além de proporcionar a prática esportiva, a iniciativa tem contribuído para a formação de líderes, a valorização da diversidade e a promoção da igualdade de gênero.

Além disso, nos últimos 4 anos, quase 12% dos recursos destinados ao esporte foram direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado. Um exemplo desses investimentos é o projeto "Natação paralímpica", que tem trazido reconhecimento importante para Minas. Por meio da formação de atletas e do apoio aos treinamentos, muitos desses jovens obtiveram sucesso nas Paraolimpíadas de Tóquio, evento no qual conquistaram medalhas e trouxeram orgulho para o povo mineiro.

A empresa continua comprometida em fazer a diferença na vida das pessoas e em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fundo do Idoso

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia, também, o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Desde 2019, a Cemig investiu mais de R\$13 milhões em instituições de apoio aos idosos, atendendo mais de 17 mil pessoas no estado. Ao longo destes 4 anos, mais de 35 instituições foram atendidas em 21 municípios.

Uma das instituições apoiadas pela Cemig é a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (Santa Casa BH), maior núcleo de prestação de serviços na área de saúde em Minas Gerais, que atua em 35 especialidades médicas, disponibilizando mais de 1000 leitos de alto padrão destinados ao atendimento SUS.

O projeto "Qualificação do Atendimento à Pessoa Idosa da Santa Casa BH", que recebeu quase R\$1 milhão em recursos da Cemig, visa atender 2400 pacientes idosos, acometidos por patologias que requerem terapia por hemodinâmica. A execução do projeto busca a qualificar o atendimento prestado, por meio da adequação no setor de hemodinâmica da instituição, incluindo reforma do arco cirúrgico, compra de equipamentos e mobiliários/acessórios.

Gestão tecnológica e inovação

Devido às constantes mudanças transformadoras no setor de energia elétrica, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização da economia utilizando energia elétrica de fontes renováveis, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos para:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;

- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

A inovação constante é um dos grandes pilares da Cemig, e parte disso é conhecer novas ideias para o setor. Por isso foi lançado, em agosto de 2021, o Desafio Cemig da Inovação, com vigência de 18 meses, válido até abril de 2023.

O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para a estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras darão origem a projetos que serão avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em quatro macro temas alinhados à estratégia da Cemig para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e Serviços Inteligentes
- Sistemas Elétricos do Futuro
- Eletrificação e Eletro mobilidade
- Alternativas em Geração Sustentável

Foram convidados a participar pessoas físicas e sociedades jurídicas com sede no Brasil.

Programa de Eficiência Energética

A Companhia, historicamente, por meio do Programa de Eficiência Energética, vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar a população sobre o correto uso da energia elétrica.

O Programa de Eficiência Energética da Cemig D mantém diversos projetos em execução, chegando a 39 iniciativas em execução no final do ano de 2022. Compõem este portfólio projetos advindos das Chamadas Públicas realizadas anualmente pelo programa e também projetos desenvolvidos diretamente pela Companhia.

Em 2022, o programa investiu aproximadamente R\$100 milhões em projetos de eficiência energética em toda a área de concessão da Cemig D, além da disponibilização de mais R\$50 milhões em novo processo de Chamadas Públicas a fim de selecionar propostas para a composição do portfólio de projetos a serem financiados ao longo de 2023 e 2024.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social e inovação, alinhadas a objetivos estratégicos do negócio da Cemig D, com destaque para atuação em hospitais, entidades filantrópicas, escolas, comunidades de baixa renda e instalações do poder público.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2022, a Cemig D investiu R\$12,2 milhões em 37 projetos de P&D, em diversos temas, destacando-se os seguintes projetos:

- Desenvolvimento de redes sinérgicas para aplicações em redes de distribuição de energia;
- Desenvolvimento de metodologia para avaliação de árvores urbanas quanto ao risco de queda utilizando Radar de Penetração no Solo (GPR);
- COD do Futuro - Plataforma *hyper-vision* de consciência situacional espaço-tempo integrada, baseada em inteligência artificial para operação da distribuição.

Sistemas de Gestão - Certificados

A Cemig busca sempre a melhor condução de seus processos visando a melhoria contínua da sua gestão e o alcance dos objetivos estratégicos, com consequente satisfação dos clientes.

Para tanto, ela mantém certificações de seus processos nas normas NBR ISO 9001 – Sistema de Gestão de Qualidade, NBR 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e NBR 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, as quais possuem reconhecimento internacional de melhores práticas de gestão do mercado.

No ano de 2022, o núcleo Cemig Distribuição passou por uma auditoria de recertificação e o núcleo Ouvidoria passou pela 2ª auditoria de manutenção. Os ciclos de certificações são sempre no período de três anos. (Recertificação, 1ª de manutenção e 2ª de manutenção).

Para todos os núcleos certificados, foram recomendadas as manutenções dos certificados, confirmando o comprometimento de todos os envolvidos em atender os requisitos das normas.

Desempenho em Governança corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de

Administração, que são designados pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice- Presidente e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Para sustentar um modelo de governança corporativa bem estruturado, a Cemig segue as boas práticas e recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), fomentando uma relação de confiança e integridade com suas partes interessadas. Desde 2001 a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, a bolsa de valores de São Paulo.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2022, reuniu-se 15 vezes para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

O Conselho de Administração é integrado por 11 (onze) membros efetivos, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e informações curriculares de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Conselho Fiscal

Reuniões

No exercício de 2022 foram realizadas 10 reuniões do Conselho Fiscal.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2022, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks* e Riscos de Compliance, vigente para o ciclo 2022/2023.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesses, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Tecnologia da Informação, Regulatório Institucional, Gestão ágil com segurança, Viabilizadores Corporativos, Participadas e Financeiro.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração, com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores, definição dos principais riscos (Top Risks) e monitoramento de tratamento, identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados, e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Certificação de qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna - IIA

Em 2023, a Auditoria Interna da Cemig recebeu a Certificação de Qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria. Esta é uma conquista importante, que coloca a Auditoria Interna da Cemig no seleto grupo de empresas brasileiras que possuem essa certificação internacional do IIA.

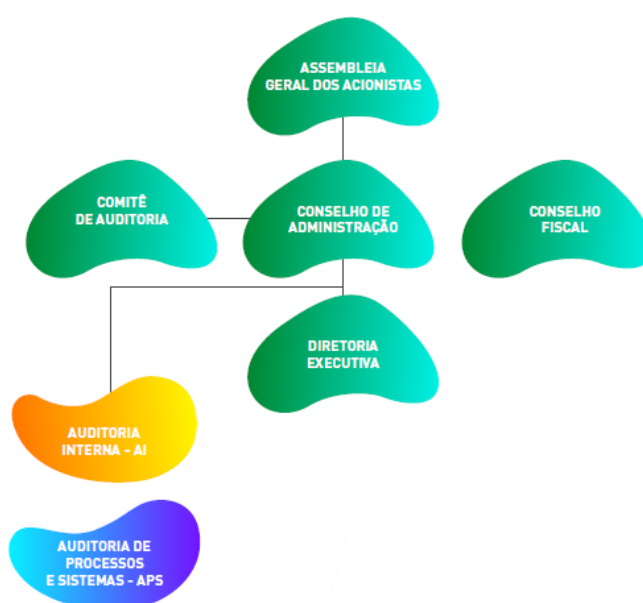
Política de *Compliance* e Antifraude

A Companhia preza pela prevenção e combate à fraude, corrupção e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às normas internas e externas estabelecidas, e conta com a dedicação e diligência de toda a força de trabalho para que atos ilícitos ou antiéticos não sejam cometidos em seu nome.

Como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um efetivo sistema de controles internos e de Compliance composto, dentre outros, por: Comissão de Ética, Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, e prevenção à fraude e corrupção, sobre as quais dá pleno conhecimento a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Cemig, sejam eles acionistas, administradores, empregados ou contratados.

O Canal de Denúncia garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante, sendo que a Comissão de Ética é responsável por assegurar a devida apuração e investigação de todas as denúncias recebidas e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA CEMIG



Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

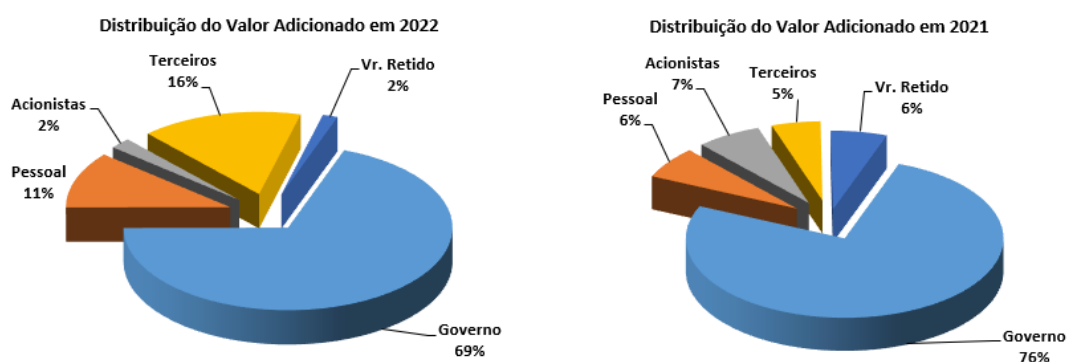
Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo conduzida por uma Comissão de Investigação, com apoio de assessoria especializada.

As investigações encontram-se em andamento não tendo sido identificado, até o presente momento, nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

Valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$12.325 milhões de valor adicionado em 2022 em comparação a R\$13.719 milhões em 2021, distribuídos da seguinte forma:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

1) Base de Cálculo	2022			2021		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	20.918.716			22.344.681		
Resultado Operacional (RO)	1.492.156			2.362.936		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	585.749			846.747		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	66.682	11,38	0,32	61.184	7,23	0,27
Encargos sociais compulsórios	195.179	33,32	0,93	185.506	21,91	0,83
Previdência privada	54.365	9,28	0,26	52.552	6,21	0,24
Saúde	49.146	8,39	0,23	43.893	5,18	0,2
Segurança e medicina no trabalho	17.993	3,07	0,09	17.229	2,03	0,08
Educação	460	0,08	0,00	595	0,07	0,08
Capacitação e desenvolvimento profissional	16.599	2,83	0,08	9.865	1,17	0,08
Creches ou auxílio-creche	1.632	0,28	0,01	1.377	0,16	0,01
Participação nos lucros ou resultados	39.834	6,80	0,19	93.948	11,1	0,42
Outros	9.201	1,57	0,04	13.806	1,63	0,06
Total - Indicadores Sociais Internos	451.091	77,01	2,16	479.955	56,68	2,15
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	9.929	0,67	0,05	1.832	0,08	0,01
Cultura	66.096	4,43	0,32	7.780	0,33	0,03
Esporte	4.250	0,28	0,02	1.984	0,08	0,01
Outros Doações/Subvenções/FIA/AI6%	94.707	6,35	0,45	39.680	1,68	0,18
Total das Contribuições para a Sociedade	174.982	11,73	0,84	51.276	2,17	0,23
Tributos (excluídos encargos sociais)	8.419.928	564,28	40,25	10.319.505	441,98	46,74
Total – Indicadores Sociais Externos	8.594.910	576,01	41,09	10.494.920	444,15	46,97
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da Companhia	20.861	1,40	0,10	11.633	0,49	0,05
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	20.861	1,40	0,10	11.633	0,49	0,05
5) Indicadores do Corpo Funcional	2022			2021		
Nº de empregados (as) ao final do exercício	3.737			3.761		
Nº de admissões durante o exercício	317			191		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	23			34		
Nº de estagiários (as) contratados (as)	70			-		
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária	788			762		
- 2º Grau	2.904			2.945		
- 1º Grau	45			54		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	1.735			1.927		
Nº de mulheres que trabalham na Companhia	537			512		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	11,36%			11,63%		
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia	228			220		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	1%			1%		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	127			138		
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022			2021		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	23,35					
Número total de acidentes de trabalho (empregados próprios)	13					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Companhia:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)			
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos			
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva			
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia 295.016	no Procon 4.372	na Justiça 18.360			
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2022: R\$12.325 milhões					
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	69,38% governo 11,08% empregados		76,12% governo 6,49% empregados		2,12% acionistas 15,94% terceiros	
			6,65% acionistas 4,99% terceiros			
7) Outras Informações	2022					
Investimentos em questões ambientais	R\$21 milhões					
Resíduos e materiais inservíveis	44 mil toneladas					
Receita com as vendas dos resíduos	R\$59 milhões					

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2022	2021
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	9.035	8.885
Número de empregados	3.737	3.761
Número de consumidores por empregado	2.418	2.362
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.495,23	1.533
Tarifas médias de fornecimento - incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	903,39	994,43
Comercial	1.106,32	1.113,40
Industrial	809,20	786,41
Rural	666,61	648,27
DEC (horas)	9,48	9,46
FEC (número de interrupções)	4,58	4,60
Privação de fornecimento por consumidor - minutos/mês	47,40	47,30
Operacionais		
Número de subestações	448	422
Linhas de distribuição (Km)	18.485	17.691
Redes de distribuição (Km)		
Urbana	124.946	121.105
Rural	431.413	419.235
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	20.919	22.345
Margem operacional - %	7,13	10,58
Lajida - R\$ milhões	2.229	3.047
Resultado do exercício - R\$ milhões	443	1.701
Resultado do exercício por lote de 1000 ações R\$	188	721
Patrimônio líquido - R\$ milhões	7.105	6.943
Valor patrimonial por ação	3,01	2,94
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	6,24	24,49
Endividamento do patrimônio líquido - %	257,67	254,28
Liquidez corrente	0,98	1,17
Liquidez geral	0,77	0,86

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor-Presidente
Marney Tadeu Antunes	Diretoria Cemig Distribuição
Leonardo George de Magalhães	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Diretoria sem denominação
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Diretoria Cemigpar
Dimas Costa	Diretoria Cemig Comercialização
Henrique Motta Pinto	Diretoria de Regulação e Jurídica

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Jaime Leôncio Singer (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (minoritários)	Não há
José João Abdalla Filho (preferencialistas)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)	Não há

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Igor Mascarenhas Eto (majoritário)
Fernando Scharlack Marcatto (majoritário)	Lúisa Cardoso Barreto (majoritário)
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (majoritário)	Fernando Passalio de Avelar (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Márcio de Lima Leite	Não há
Roberto Tommasetti	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Ciro Mota (Industrial)	Tânia Mara Aparecida Costa Santos
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Betânia Moura Magalhães Corrêa
Edilson Avelino da Mata (Comercial)	Helton Andrade
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Weber Bernardes de Andrade
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Luiz Paulo Aparecido Gontijo Caetano
Luciano José de Oliveira (Cemig)	Alexandre Ribeiro de Almeida

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	440.700	198.694
Títulos e valores mobiliários	6	279.717	342.243
Consumidores e revendedores	7	2.761.370	3.021.976
Concessionários - transporte de energia	7	333.642	264.910
Tributos compensáveis	8	1.828.665	1.907.198
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	-	45.363
Estoques		30.259	29.963
Contribuição de iluminação pública		207.286	233.315
Reembolso subsídios tarifários	11	90.923	287.420
Subvenção baixa renda		62.479	46.540
Ativos setoriais da concessão	12b	746.031	1.221.433
Outros ativos		209.817	161.923
Total do circulante		6.990.889	7.760.978
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	1.052	69.125
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	2.119.494	1.656.651
Tributos compensáveis	8	540.281	1.197.692
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	76.278	68.967
Depósitos vinculados a litígios	10	651.279	619.772
Concessionários - transporte de energia	7	43.386	48.148
Outros ativos		17.327	13.352
Ativos setoriais da concessão	12b	198.059	926.115
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	12a	1.369.652	683.729
Ativos de contrato	13	1.849.852	1.926.652
Intangíveis	14	11.314.918	9.449.638
Arrendamentos - direito de uso	15	240.178	176.809
Total do não circulante		18.421.756	16.836.650
Ativo total		25.412.645	24.597.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Circulante			
Empréstimos e debêntures	18	883.795	875.254
Fornecedores	16	1.929.723	2.019.994
Impostos, taxas e contribuições	17	538.690	226.823
Imposto de renda e contribuição social	9b	88.043	-
Salários e encargos sociais		162.661	141.428
Encargos regulatórios	19	393.389	499.178
Participação dos empregados e administradores no resultado		52.273	87.116
Obrigações pós-emprego	20	274.904	244.559
Contribuição de iluminação pública		312.475	357.106
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		455.273	236.000
Passivos setoriais da concessão	12b	-	51.359
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	22	504.052	916.961
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	17	1.154.798	704.025
Arrendamentos - obrigações	15	43.602	49.261
Outros passivos		325.837	250.829
Total do circulante		7.119.515	6.659.893
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	18	3.692.203	3.371.907
Provisões	21	1.342.624	1.203.590
Obrigações pós-emprego	20	3.550.093	3.928.836
Encargos regulatórios	19	55.437	197.457
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	17	1.632.200	2.132.289
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	22	679.794	-
Arrendamentos - obrigações	15	216.271	141.751
Outros passivos		19.248	19.239
Total do não circulante		11.187.870	10.995.069
Total do passivo		18.307.385	17.654.962
Patrimônio líquido	22		
Capital social		5.371.998	5.371.998
Reservas de lucros		3.270.982	3.404.039
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.537.720)	(1.833.371)
Total do patrimônio líquido		7.105.260	6.942.666
Total do passivo e do patrimônio líquido		25.412.645	24.597.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2022	2021
Receita	23	20.918.716	22.344.681
Custos operacionais			
Custo com energia elétrica	24a	(11.938.473)	(14.852.695)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	24b	(3.193.092)	(1.802.361)
Custos de operação	24c	(2.956.091)	(2.481.608)
		(18.087.656)	(19.136.664)
Lucro bruto		2.831.060	3.208.017
Despesas operacionais	24c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(108.141)	(130.175)
Despesas gerais e administrativas		(569.188)	(434.976)
Outras despesas operacionais, líquidas		(661.575)	(279.930)
		(1.338.904)	(845.081)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		1.492.156	2.362.936
Receitas financeiras	25	790.885	657.355
Despesas financeiras	25	(1.906.130)	(664.887)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		376.911	2.355.404
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(548.585)	(632.400)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	615.149	(22.463)
Lucro líquido do exercício		443.475	1.700.541
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	22	0,19	0,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)**

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	443.475	1.700.541
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 20)	447.957	199.724
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 9c)	(152.306)	(67.906)
	295.651	131.818
Resultado abrangente do exercício, líquido de tributos	739.126	1.832.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5.371.998	2.653.670	(2.004.037)	-	6.021.631
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.700.541	1.700.541
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	131.818	-	131.818
Resultado abrangente do exercício	-	-	131.818	1.700.541	1.832.359
Reserva legal	-	83.966	-	(83.966)	-
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,1725 por ação)	-	-	-	(407.018)	(407.018)
Dividendos estatutários (R\$0,2138 por ação)	-	-	-	(504.306)	(504.306)
Reserva de incentivos fiscais	-	21.213	-	(21.213)	-
Reserva de retenção de lucros	-	645.190	-	(645.190)	-
Reclassificação de perdas atuariais	-	-	38.848	(38.848)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.371.998	3.404.039	(1.833.371)	-	6.942.666
Lucro líquido do exercício	-	-	-	443.475	443.475
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	295.651	-	295.651
Resultado abrangente do exercício	-	-	295.651	443.475	739.126
Reserva legal	-	21.384	-	(21.384)	-
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R\$0,2444 por ação)	-	(315.664)	-	(260.868)	(576.532)
Reserva de incentivos fiscais	-	15.796	-	(15.796)	-
Reserva de retenção de lucros	-	145.427	-	(145.427)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.371.998	3.270.982	(1.537.720)	-	7.105.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		443.475	1.700.541
AJUSTES:			
Obrigações pós-emprego	20	448.434	31.827
Amortização	13b e 14a	738.025	682.595
Perdas de créditos esperadas	24c	108.141	130.175
Demais provisões	24c	397.377	68.018
Ajuste de ativos em curso	13	595	10.937
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	12a e 14b	57.513	22.157
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	23	(2.360.056)	(1.316.995)
Juros e variações monetárias		1.565.854	419.100
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	12a	(39.369)	(53.751)
Amortização do custo de transação de empréstimos	18	2.655	1.788
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	23	1.146.559	(2.146.043)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(615.149)	22.463
		<u>1.894.054</u>	<u>(427.188)</u>
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores e revendedores		152.465	(42.502)
Concessionários - transporte de energia		(63.970)	(21.433)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros		190.661	-
Tributos compensáveis	8	692.490	(47.268)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(375.520)	(51.631)
Depósitos vinculados a litígios		16.736	(73.353)
Ativos financeiros e de contrato da concessão		91.607	-
Contribuição de iluminação pública		26.029	(53.909)
Reembolso subsídios tarifários	11	196.497	(204.804)
Subvenção baixa renda		(15.939)	(3.468)
Outros		<u>(183.374)</u>	<u>(46.918)</u>
		727.682	(545.286)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(106.993)	209.630
Impostos, taxas e contribuições		1.159.636	872.269
Imposto de renda e contribuição social a pagar		548.585	632.400
Salários e encargos sociais		21.233	2.984
Contribuição de iluminação pública		(44.631)	52.237
Encargos regulatórios	19	(246.387)	194.702
Obrigações pós-emprego	20	(348.875)	(305.289)
Provisões	21	(128.556)	(90.498)
Participação dos empregados e administradores no resultado		(34.843)	13.425
Outros		<u>334.141</u>	<u>202.228</u>
		1.153.310	1.784.088
Caixa gerado pelas atividades operacionais		3.775.046	811.614
Juros de empréstimos e debêntures pagos	18	(310.066)	(222.710)
Juros de arrendamento pagos	18	(2.555)	(2.328)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		3.462.425	586.576
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Títulos e Valores Mobiliários - aplicação financeira	6	130.599	2.165.122
No intangível	14	(187.121)	(49.635)
No ativo de contrato	13	(3.056.452)	(1.739.885)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.112.974)	375.602
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obtenção de empréstimos e debêntures	18	1.000.000	-
Custo de transação		(12.478)	-
Pagamento de arrendamento	15b	(51.792)	(56.211)
Pagamento de empréstimos e debêntures	18	(820.008)	(1.123.574)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(223.167)	(242.744)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(107.445)	(1.422.529)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		242.006	(460.351)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	198.694	659.045
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	440.700	198.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Receitas		
Venda de energia e serviços	27.958.657	31.480.599
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	3.193.092	1.802.361
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	39.369	53.751
Outras receitas	-	16.443
Ajuste para perdas de créditos esperadas	(108.141)	(130.175)
	31.082.977	33.222.979
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(9.856.672)	(12.425.546)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(3.049.306)	(3.753.164)
Serviços de terceiros	(2.418.233)	(1.861.261)
Materiais	(2.135.575)	(1.090.675)
Outros custos operacionais	(536.346)	(347.858)
	(17.996.132)	(19.478.504)
Valor adicionado bruto	13.086.845	13.744.475
Retenções		
Amortização	(738.025)	(682.595)
Valor adicionado líquido	12.348.820	13.061.880
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	806.069	657.355
Valor adicionado a distribuir	13.154.889	13.719.235
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	1.366.177	889.878
Remuneração direta	728.006	724.104
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	539.043	94.316
FGTS	44.849	42.389
Programa de desligamento voluntário programado	54.279	29.069
Impostos, taxas e contribuições	9.380.829	10.443.644
Federais	5.814.484	4.582.842
Estaduais	3.562.045	5.856.230
Municipais	4.300	4.572
Remuneração de capitais de terceiros	1.964.408	685.172
Juros	1.947.256	677.854
Aluguéis	17.152	7.318
Remuneração de capital próprio	443.475	1.700.541
Juros sobre capital próprio	260.868	407.018
Dividendos	-	504.306
Lucros (prejuízo) retidos	182.607	789.217
	13.154.889	13.719.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 9.035.083 consumidores em 31 de dezembro de 2022.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.1. Adesão à Conta de Escassez Hídrica

De acordo com o Decreto nº 10.939/2022, que fixou os valores dos recursos da Conta de Escassez Hídrica referentes aos montantes solicitados pelas concessionárias por meio do Termo de Aceitação da ReN nº 1.008/2022, a Companhia solicitou o teto dos recursos do primeiro repasse, referentes ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária de Consumo, bem como da importação de energia autorizada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”) para os meses de julho e agosto de 2021, totalizando R\$190.658, recebidos em 09 de maio de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 24 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis, descritas em detalhes nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Ajuste para perdas de créditos esperadas;
- Nota 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 12 - Ativos e passivos financeiros da concessão;
- Nota 13 - Ativos de contrato;
- Nota 14 - Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 15 - Arrendamentos;
- Nota 17 - Valores a restituir a consumidores;
- Nota 20 - Obrigações pós-emprego;
- Nota 21 - Provisões;
- Nota 23 - Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 27 - Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
IFRS 17/ CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia e suas controladas. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2024
IAS 08/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
IAS 01/CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements (realização de julgamentos de materialidade)	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 12/ CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	Restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento.	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11/ IFRS 4 – Contratos de Seguros, CPC 23/ IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1)/ IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49/ IAS 26 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1)/ IAS 34 – Demonstração Intermediárias, CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1)/ IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47/ IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.8. Reagrupamento das Demonstrações dos Resultados (DRE)

Em 2022, a Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da

natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Tais reclassificações não afetam margens e indicadores, representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais reclassificações foram considerados imateriais pela Companhia.

3. DA CONCESSÃO

A Companhia detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela Companhia são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da Aneel, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“custos da parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“custos da parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DEC e FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, sendo que eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR^1 (-) juros da dívida² ≥ 0 ; e
- $\{Dívida Líquida^4 / [LAJIDA^3 (-) QRR]\} \leq 1 / (111\% \text{ da Selic})$ (até o término de 2028).

1. QRR - Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;

2. Dívida líquida x 111% da Selic;

3. Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;

4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas bancárias	83.858	104.930
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	309.894	77.814
Aplicações automáticas - Overnight (2)	46.948	15.950
	356.842	93.764
	440.700	198.694

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 80% a 112% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (70% a 109% em 31 de dezembro de 2021), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 13,62% a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (8,87% a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

Prática contábil

O caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Certificados de Depósitos Bancários (1)	30.587	19.689
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	182.161	345.714
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	64.208	34.937
Debêntures (4)	2.647	4.862
Outros	1.166	6.166
	280.769	411.368
Ativo circulante	279.717	342.243
Ativo não circulante	1.052	69.125

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual que variou de 103% a 104,4% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip) em 31 de dezembro de 2022 (107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (105% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% a 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (TR + 1% a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A prática contábil e a classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 26 destas demonstrações financeiras. Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	2022	2021
Residencial	675.451	315.124	303.581	311.189	195.461	1.800.806	1.871.570
Industrial	24.495	64.089	28.602	10.828	127.001	255.015	261.341
Comércio, serviços e outras	278.955	172.908	105.738	97.030	141.928	796.559	765.846
Rural	104.931	65.703	48.367	37.562	35.657	292.220	349.398
Poder público	43.051	34.495	3.747	386	16.263	97.942	236.355
Iluminação pública	10.469	530	195	75	1.034	12.303	22.320
Serviço público	46.181	42.915	2.173	3.873	30.681	125.823	124.974
Subtotal - consumidores	1.183.533	695.764	492.403	460.943	548.025	3.380.668	3.631.804
Concessionários - transporte de energia	64.953	290.536	16.609	5.891	82.283	460.272	400.817
Suprimento - energia de curto prazo	-	-	48.439	6.963	913	56.315	77.284
Provisão para perdas de créditos esperadas	(133.335)	(12.580)	(87.254)	(102.973)	(422.715)	(758.857)	(774.871)
	1.115.151	973.720	470.197	370.824	208.506	3.138.398	3.335.034
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						2.761.370	3.021.976
Concessionários - transporte de energia						333.642	264.910
Ativo não circulante							
Concessionários - transporte de energia						43.386	48.148

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 27 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 26 destas demonstrações financeiras.

A partir de agosto de 2022, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas de créditos esperadas referente aos saldos vencidos de clientes, o limite para reconhecimento integral de perdas foi alterado de 12 para 24 meses, resultando em uma reversão de R\$130.569 no exercício de 2022 nas perdas de créditos esperadas.

As perdas de créditos esperadas são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2022	2021
Residencial	269.007	217.594
Industrial	122.227	141.009
Comércio, serviços e outras	194.431	212.464
Rural	31.070	32.795
Poder público	26.621	44.993
Iluminação pública	(88)	988
Serviço público	32.346	37.269
Concessionários - transporte de energia	83.243	87.759
	758.857	774.871

Em 31 de julho de 2020, a Companhia protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Companhia, passíveis de compensação, eram aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, no valor de R\$222.266. As compensações tiveram início em abril de 2021, após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida ocorridas em 31 de março de 2021. Em dezembro de 2022, foi compensada a última parcela do total de 21, no valor de R\$10.584 cada.

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	647.429
Constituições, líquidas	130.175
Baixas	(2.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	774.871
Constituições, líquidas (Nota 24)	238.710
Baixas	(124.155)
Alteração em critério utilizado na estimativa	(130.569)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	758.857

Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para os clientes cativos, a Companhia adota em sua análise uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 24 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas de créditos esperadas são mensuradas em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Para os grandes consumidores, o ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2022	2021
Circulante		
ICMS a recuperar	404.590	77.705
Cofins (a) (b)	1.170.056	1.502.006
PIS/Pasep (a) (b)	253.606	327.075
Outros	413	412
	1.828.665	1.907.198
Não circulante		
ICMS a recuperar (b)	515.972	312.339
Cofins (a)	19.973	727.425
PIS/Pasep (a)	4.336	157.928
	540.281	1.197.692
	2.368.946	3.104.890

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Assim, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia.

A Companhia optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que a produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia. Foi reconhecido um aumento nos valores a compensar de PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$22.539, referente aos períodos em que foi excluído de sua base de cálculo o valor do ICMS recolhido ao invés daquele destacado nas notas fiscais.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Companhia havia constituído um passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização. Para maiores informações sobre os valores a serem devolvidos, ver na nota explicativa nº 17.

Em 27 de junho de 2022, o Projeto de Lei nº 1.280/22, que previa a destinação integral dos créditos tributários relacionados à questão do PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS aos clientes das distribuidoras de energia elétrica, sem a limitação do período de 10 anos mencionado acima, foi convertido na Lei nº 14.385/22, tendo a Companhia registrado complemento ao passivo constituído conforme nota explicativa nº 17.

A Administração da Companhia avalia junto aos assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$1.421.739 no ativo circulante (R\$1.825.901 em 31 de dezembro de 2021) e R\$24.309 no ativo não circulante (R\$885.353 em 31 de dezembro de 2021) referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

No exercício de 2022, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$1.441.893 (R\$1.475.537 no exercício de 2021).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	2022	2021
Imposto de renda	61.390	37.388
Contribuição social	14.888	76.942
	76.278	114.330
Circulante	-	45.363
Não circulante	76.278	68.967

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, que foram superiores ao valor de IRPJ/CSLL apurados ao final do ano calendário pela Companhia.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	2022	2021
Circulante		
Imposto de renda	77.292	-
Contribuição social	10.751	-
	88.043	-

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	2022	2021
Ativos fiscais diferidos		
Obrigações pós-emprego	1.238.981	1.324.647
Perdas de créditos esperadas	295.384	292.275
Provisão para redução a valor recuperável	22.271	22.552
Provisões operacionais (1)	523.338	-
Provisões para contingências	396.213	350.522
Taxa de administração	4.500	4.875
Participação de empregados e administradores no resultado	17.773	29.620
Outros	8.586	7.029
	2.507.046	2.031.520
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(212.326)	(207.940)
Encargos financeiros capitalizados	(169.801)	(164.716)
Custo de captação	(5.425)	(2.213)
	(387.552)	(374.869)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	2.119.494	1.656.651

(1) Provisão registrada em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela inclusa do Reajuste Tarifário Anual de 2022.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.747.020
Efeitos alocados ao resultado	(22.463)
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	(67.906)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.656.651
Efeitos alocados ao resultado	615.149
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	(152.306)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.119.494

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2022, conforme abaixo:

2023	390.610
2024	372.837
2025	372.837
2026	372.837
2027	372.837
2028 a 2030	375.053
2031 a 2032	250.035
	2.507.046

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social (alíquotas de 25% e 9%, respectivamente) com a despesa efetiva (recuperação de despesa) apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	2022	2021
Resultado antes dos impostos	376.911	2.355.404
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(128.150)	(800.837)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	196.021	138.386
Incentivos fiscais	42.010	45.935
Contribuições e doações indedutíveis	(7.419)	(5.434)
Multas indedutíveis	(40.372)	(21.205)
Outros	4.474	(11.708)
	66.564	(654.863)
Alíquota efetiva	17,66%	27,80%
Corrente	(548.585)	(632.400)
Diferido	615.149	- 22.463

Prática contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/ IFRIC 23, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Tributos correntes

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

Subvenções governamentais

A Cemig possui empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na nota explicativa nº 22 destas demonstrações financeiras.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2022	2021
Trabalhista	203.119	215.540
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	12.198	11.486
IR/INSS indenização do anuênio (1)	218.771	207.863
JCP na base de cálculo de IR/CS (2)	85.832	81.479
Outros	64.197	43.995
	380.998	344.823
Outros		
Regulatório	31.428	29.425
Cível	5.786	5.696
Relações de consumo	6.166	6.230
Bloqueio judicial	13.056	13.008
Patrimonial	4.448	555
Outros	6.278	4.495
	67.162	59.409
	651.279	619.772

(1) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 - Provisões - Indenização do anuênio;

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 - Provisões - Juros sobre Capital Próprio (JCP).

11. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 2022, o montante apropriado como receitas dos subsídios reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R\$936.227 (R\$986.310 em 2021). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$75.189 (R\$81.981 em 31 de dezembro de 2021), reconhecidos no ativo circulante.

Em 10 de março de 2023, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos sem Coobrigação com o Banco ABC Brasil S.A. para antecipação de recebíveis da CDE no valor de R\$100.000, sendo R\$25.000 e R\$75.000 das faturas de abril e maio de 2023, respectivamente. O total recebido em 10 de março de 2023 foi de R\$97.554.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	2022	2021
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	1.369.652	683.729
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	944.090	2.147.548
	2.313.742	2.831.277
Ativo circulante	746.031	1.221.433
Ativo não circulante	1.567.711	1.609.844

PASSIVOS SETORIAIS DA CONCESSÃO	2022	2021
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	-	(51.359)
Passivo circulante	-	(51.359)

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia se enquadra nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig D e a Aneel.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	530.058
Transferências de ativos de contrato (Nota 13)	109.842
Transferência para o ativo intangível (nota 14)	(9.392)
Baixas	(530)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	53.751
Saldo em 31 de dezembro de 2021	683.729
Transferências de ativos de contrato (Nota 13)	761.711
Transferência para o ativo intangível (nota 14)	(22.581)
Adições obrigações especiais	(91.607)
Baixas	(969)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	39.369
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.369.652

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Conforme estabelecido no Termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	2022			2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	544.370	399.720	944.090	988.850	4.133.064	5.121.914
Ativo circulante	544.370	201.661	746.031	988.850	2.397.151	3.386.001
Ativo não circulante	-	198.059	198.059	-	1.735.913	1.735.913
Passivo	-	-	-	(1.040.209)	(1.985.516)	(3.025.725)
Passivo circulante	-	-	-	(1.040.209)	(1.175.718)	(2.215.927)
Passivo não circulante	-	-	-	-	(809.798)	(809.798)
Total circulante líquido	544.370	201.661	746.031	(51.359)	1.221.433	1.170.074
Total não circulante líquido	-	198.059	198.059	-	926.115	926.115
Total líquido	544.370	399.720	944.090	(51.359)	2.147.548	2.096.189

COMPONENTES FINANCEIROS	2022			2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da “Parcela A”						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	140.528	(139.639)	889	23.593	(90.715)	(67.122)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	4.297	211.497	215.794	145.817	97.203	243.020
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	180	17.786	17.966	13.172	(972)	12.200
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	38.984	(7.872)	31.112	11.427	18.664	30.091
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	377.682	204.843	582.525	30.948	953.014	983.962
Energia elétrica comprada para revenda	233.721	(1.321.656)	(1.087.935)	389.548	1.144.892	1.534.440
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	40.617	708.966	749.583	(67.566)	225.237	157.671
Neutralidade da parcela A	(32.683)	235.990	203.307	24.269	73.081	97.350
Devolução faturamento - Conta-Covid (2)	-	-	-	(371.350)	-	(371.350)
Outros itens financeiros	(235.974)	537.513	301.539	(230.046)	(225.769)	(455.815)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(22.983)	(47.707)	(70.690)	(21.171)	(47.087)	(68.258)
TOTAL	544.369	399.721	944.090	(51.359)	2.147.548	2.096.189

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 2020, por meio do Despacho SGT/SEM nº 2.508, foi reconhecida parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270, que foi considerado no processo tarifário de 2021. Em razão dos recursos administrativos apresentados à Aneel, os montantes de sobrecontratação tiveram seus valores ajustados através do Despacho Aneel nº 2.168, de 2022. Com a publicação do despacho, e considerando as regras atuais, o montante de R\$218.900, pendente de repasse de 2017, será considerado no próximo processo tarifário. Em relação ao valor de R\$26.778 relativo à sobrecontratação de 2018, a Companhia permanece reconhecendo o direito e aguarda publicação do respectivo despacho.
- (2) Componente financeiro criado para devolução dos valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores foram devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizados pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(98.641)
Constituição líquida de ativos financeiros	1.908.166
Realização	237.877
Transferência para outros passivos	(15.120)
Atualização Selic (Nota 25)	63.907
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.096.189
Constituição líquida de ativos (passivos) financeiros	(385.630)
Realização	(760.929)
(-) Recebimento empréstimo em conta de escassez hídrica	(190.661)
Atualização Selic (Nota 25)	185.121
Saldo em 31 de dezembro de 2022	944.090

Reajuste Tarifário Anual

Em 22 de junho de 2022, após prorrogação de 25 dias na vigência das tarifas em vigor desde 28 de maio de 2021, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia para vigência até 27 de maio de 2023, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 8,80%, sendo 14,31%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,23%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão, o reajuste médio foi de 5,22%.

Este resultado decorre de variação de custos da parcela B (custos gerenciáveis), de 3,89%, em função da inflação (IPCA) apurada nos 12 meses anteriores, e os repasses diretos dentro da tarifa, que impactaram em 4,91%, sendo estes últimos sem efeito econômico para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (a) aumento de 4,78% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, já tendo sido considerado o efeito redutor da inclusão de R\$409.920 de repasse do aporte na CDE oriundo do processo de capitalização da Eletrobrás; (b) redução de 9,32% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a inclusão de R\$2.810.830 referentes à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins, que gerou uma variação negativa na tarifa de 15,20%; bem como o efeito de 9,45% referente à (c) retirada dos componentes financeiros do processo anterior. Para mais informações sobre a restituição aos consumidores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins, ver nota explicativa nº 17.

Prática contábil

Ativos vinculados à concessão

A parcela do valor dos ativos da concessão que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

13. ATIVOS DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.141.599
Adições	1.757.015
Transferências para o ativo financeiro (Nota 12)	(109.842)
Transferências para o ativo intangível (Nota 14)	(851.183)
Ajuste de ativos em curso	(10.937)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.926.652
Adições	3.097.578
Transferências para o ativo financeiro (Nota 12)	(761.711)
Transferências para o ativo intangível (Nota 14)	(2.412.072)
Ajuste de ativos em curso (1)	(595)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.849.852

(1) Refere-se à constituição de provisões para perdas no montante de R\$19.792 registradas em ativos em curso (obras canceladas), líquida de reversão de provisões registradas em exercícios anteriores no montante de R\$19.197.

Dentre as adições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$3.097.578, está contemplado o montante de R\$41.126 (R\$17.130 em 2021) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 18 destas

demonstrações financeiras. A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e por isso não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Prática contábil

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/ IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

14. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

a) Composição do saldo

	2022			2021		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	25.760.065	(11.151.378)	14.608.687	22.935.008	(10.473.515)	12.461.493
(-) Obrigações especiais (c)	(5.287.534)	1.809.300	(3.478.234)	(4.773.952)	1.613.335	(3.160.617)
Ativos da concessão líquidos	20.472.531	(9.342.078)	11.130.453	18.161.056	(8.860.180)	9.300.876
Intangível em curso	184.465	-	184.465	148.762	-	148.762
Total do intangível	20.656.996	(9.342.078)	11.314.918	18.309.818	(8.860.180)	9.449.638

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.207.269
Adições	45.346
Transferência de ativo financeiro (nota 12)	9.392
Outras transferências	126
Baixas	(21.627)
Transferência de ativos de contrato (Nota 13)	851.183
Amortização	(642.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.449.638
Adições	95.514
Outras transferências	91.607
Baixas	(56.544)
Transferência de ativos de contrato (Nota 13)	2.412.072
Transferência do ativo financeiro (nota 12)	22.581
Amortização	(699.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.314.918

Dentre as adições realizadas no exercício de 2022, no montante de R\$95.514, não houve movimentação a título de encargos financeiros (reversão de R\$4.163 em 2021).

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,72%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

c) Obrigações especiais

O saldo do ativo intangível está reduzido pelas obrigações vinculadas à concessão, que possuem a seguinte composição:

Obrigações Vinculadas à Concessão	2022	2021
Participação Financeira do Consumidor (1)	(4.753.794)	(4.246.489)
Participação da União, Estados e Municípios (2)	(593.689)	(546.171)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(306.080)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(351.017)	(287.957)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(95.552)	(95.552)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(4.071)	(4.071)
Pesquisa e Desenvolvimento	(6.967)	(5.115)
(-) Amortização Acumulada	1.809.300	1.613.335
Total	(4.301.870)	(3.878.100)

Alocação	2022	2021
Infraestrutura em construção - Ativo de Contrato	(732.030)	(717.483)
Infraestrutura - Intangível em Serviço	(3.478.234)	(3.160.617)
Infraestrutura - Ativo Financeiro	(91.606)	-
Total	(4.301.870)	(3.878.100)

- (1) As contribuições dos consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.
- (2) As contribuições da União, Estados e Municípios representam a participação destes entes em obras para fornecimento de energia. A participação dos municípios é a mais relevante nessa rubrica (59% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

A taxa de amortização das obrigações vinculadas é a taxa média da atividade à qual o ativo foi incorporado. A média anual é 4,11%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,95%	15,61%

Prática contábil

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

15. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contêm arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65
Contratos celebrados de agosto de 2021 a dezembro de 2022(1)		
Até 5 anos	6,43	0,52
De 6 a 10 anos	6,54	0,53
De 11 a 15 anos	6,58	0,54
De 16 a 30 anos	6,60	0,54

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	145.456	20.888	166.344
Baixa (contratos encerrados)	(3.941)	-	(3.941)
Adição	6.582	-	6.582
Amortização	(7.222)	(33.782)	(41.004)
Remensuração	7.526	41.302	48.828
Saldos em 31 de dezembro de 2021	148.401	28.408	176.809
Baixa (contratos encerrados)	(4.090)	-	(4.090)
Adição	1.272	89.583	90.855
Amortização (1)	(7.813)	(30.768)	(38.581)
Remensuração	12.025	3.160	15.185
Saldo em 31 de dezembro de 2022	149.795	90.383	240.178

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$506 no exercício de 2022 (R\$460 no exercício de 2021).

b) Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	177.762
Adição	6.582
Baixas (contratos encerrados)	(4.168)
Juros incorridos	20.547
Arrendamentos pagos	(56.211)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.328)
Remensuração	48.828
Saldo em 31 de dezembro de 2021	191.012
Adição	90.855
Baixas (contratos encerrados)	(4.418)
Juros incorridos (1)	21.586
Arrendamentos pagos	(51.792)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.555)
Remensuração	15.185
Saldo em 31 de dezembro de 2022	259.873
Passivo circulante	43.602
Passivo não circulante	216.271

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$1.404 no exercício de 2022 (R\$1.325 no exercício de 2021).

As adições e baixas nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamentos, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	591.266	259.873
PIS/Pasep e Cofins potencial	43.729	14.813

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/ IFRS 16.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2023	45.802
2024	45.602
2025	45.462
2026	45.295
2027	39.445
2028 a 2048	369.660
Valores não descontados	591.266
Juros embutidos	(331.393)
Passivo de arrendamentos	259.873

Prática contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor. Os contratos que contêm arrendamento estão descritos no decorrer desta nota explicativa.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do

arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

16. FORNECEDORES

	2022	2021
Energia de curto prazo - CCEE	95.928	122.384
Encargos de uso da rede elétrica (1)	204.119	181.586
Energia elétrica comprada para revenda (2)	682.239	999.008
Itaipu binacional	273.618	331.118
Materiais e serviços	673.819	385.898
	1.929.723	2.019.994

- (1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.
- (2) A melhora nas condições hidrológicas do sistema nos períodos comparados possibilitou que o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico - encerrasse os despachos fora da ordem de mérito, o que reduziu os encargos pagos para cobrir esses despachos e os efeitos de disponibilidade das usinas.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	2022	2021
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	53.004	80.087
Cofins	72.901	67.996
PIS/Pasep	15.661	14.595
INSS	27.589	23.259
ISSQN	16.191	11.106
Imposto de renda sobre Juros s/ capital próprio declarado	-	17.968
Outros	12.544	11.812
	197.890	226.823
Valores a serem restituídos a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	1.154.798	704.025
ICMS (1)	340.800	-
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	1.632.200	2.132.289
	3.127.798	2.836.314
	3.325.688	3.063.137

- (1) Em 23 de junho de 2022 foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em dezembro de 2022 foi provisionado o valor de R\$340.800 a devolver aos consumidores, referente ao período que ainda teve a cobrança do tributo realizada nas faturas.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$2.786.998 em 31 de dezembro de 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 8a, já tendo sido restituído o montante de R\$3.943.371 até dezembro de 2022 (R\$1.583.314 até dezembro de 2021).

Em complemento ao passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, a Companhia registrou, em junho de 2022, o montante atualizado de R\$624.251 decorrentes da homologação do Reajuste Tarifário Anual de 2022, que considerou os efeitos do Projeto de Lei nº 1.280/22, convertido na Lei nº 14.385/22, em 27 de junho de 2022. O saldo registrado está líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira auferida sobre suas atualizações.

A referida Lei determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. Como consequência, foi registrado também o montante atualizado de R\$1.479.010 referente à obrigação de devolução integral do referido crédito tributário aos consumidores, referente ao montante excedente àquele incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2022, referente ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação. A Administração da Companhia avalia junto aos seus assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

Em dezembro de 2022, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia (Abradee) entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de medida cautelar contra o artigo 1º da Lei nº 14.385/2022, que, alterando a Lei nº 9.427/1996, determina e disciplina a destinação aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, pela via tarifária, dos débitos tributários do PIS e da Cofins restituídos como consequência da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo relativos ao Tema nº 69 da Repercussão Geral da Suprema Corte e decorrentes de ações ajuizadas pelas empresas distribuidoras.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores, conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.
- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigorou de 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente.
- Em 22 de junho de 2022, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2022, que vigora desde 22 de junho de 2022 até 27 de maio de 2023, do componente financeiro negativo de R\$2.810.830, correspondente à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa nº 8a. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Companhia, ver nota explicativa nº 12b.

18. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2022						2021
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	2.380	-	2.380	5.647
Total de empréstimos				2.380	-	2.380	5.647
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	329.679	582.199	911.878	1.147.465
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	2024	CDI + 0,454%	R\$	544.698	269.999	814.697	1.355.933
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	3.267	1.861.280	1.864.547	1.759.628
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI + 1,35%	R\$	3.095	500.000	503.095	-
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	1.422	505.986	507.408	-
(-) Deságio na emissão de debêntures (2)				-	(12.048)	(12.048)	(15.002)
(-) Custos de transação				(746)	(15.213)	(15.959)	(6.510)
Total de debêntures				881.415	3.692.203	4.573.618	4.241.514
Total geral				883.795	3.692.203	4.575.998	4.247.161

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;

(2) Deságio na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

Captações de recursos

Em 29 de junho de 2022, a Companhia concluiu a liquidação da sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em 2 séries, no valor total de R\$1.000.000, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram subscritas, no âmbito da Oferta Restrita: (i) 1ª série: 500 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$500.000, à taxa de remuneração de CDI + 1,35%, com vencimento em 5 anos, cujos recursos serão destinados à recomposição de caixa da Companhia; e (ii) 2ª série: 500 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$500.000, à taxa de remuneração de IPCA + 6,10%, com vencimento em 7 anos, cujos recursos serão alocados no reembolso de gastos relacionados a projeto de distribuição de energia elétrica, conforme detalhado nos documentos da emissão das Debêntures.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série	Junho de 2022	2027	CDI + 1,35%	500.000
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série	Junho de 2022	2029	IPCA + 6,10%	500.000
(-) Custos de transação				(12.103)
(-) Deságio (1)				(375)
Total de captações				987.522

(1) Deságio na emissão das debêntures referente a 2ª série das debêntures.

A composição dos empréstimos e debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	334.368	291.100	1.221.739	930.640	-	505.986	3.283.833
UFIR/RGR (2)	2.380	-	-	-	-	-	2.380
CDI (3)	547.793	269.999	-	-	500.000	-	1.317.792
Total por Indexadores	884.541	561.099	1.221.739	930.640	500.000	505.986	4.604.005
(-) Custos de transação	(746)	(413)	(1.839)	(1.759)	(962)	(10.240)	(15.959)
(-) Deságio	-	-	(5.850)	(5.850)	-	(348)	(12.048)
Total geral	883.795	560.686	1.214.050	923.031	499.038	495.398	4.575.998

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.097.240
Varição monetária	285.357
Varição cambial	(629)
Encargos financeiros provisionados	209.689
Amortização do custo de transação	1.788
Encargos financeiros pagos	(222.710)
Amortização de principal	(1.123.574)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.247.161
Empréstimos obtidos	1.000.000
Custos de transação	(12.103)
Deságio na emissão de debêntures	(375)
Captações líquidas	987.522
Varição monetária	162.341
Varição cambial	-
Encargos financeiros provisionados	306.393
Amortização do custo de transação	2.655
Encargos financeiros pagos	(310.066)
Amortização de principal	(820.008)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.575.998

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2022	2021
Encargos de empréstimos e debêntures	306.393	209.689
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato e intangível (1) (Notas 13 e 14)	(41.126)	(12.967)
Efeito líquido no resultado	265.267	196.722

(1) A taxa média de capitalização foi de 11,33% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (10,05% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor dos empréstimos e debêntures é garantido da seguinte forma:

Aval e recebíveis	2.663.027
Aval e fianças	911.638
Recebíveis	998.953
Ações	2.294
Sem garantia	86
TOTAL	4.575.998

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contrato com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título (2)	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª e 8ª emissões de Debêntures	Dívida líquida / Lajida ajustado (1)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

- (1) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Resolução CVM nº 156/2022, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebtida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (2) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpeção judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esse índice de forma que a condição seja atendida.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2022	2021
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE	220.801	237.426
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	112.458	89.947
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.226	3.677
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	6.735	7.638
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2)	46.557	46.557
CDE sobre P&D (1)	2.021	2.291
CDE sobre PEE (1)	4.041	4.583
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.101	1.809
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias (3)	16	251.837
	448.826	696.635
Passivo circulante	393.389	499.178
Passivo não circulante	55.437	197.457

- (1) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021;
- (2) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.
- (3) Variação decorrente da mudança no acionamento de bandeiras, tendo sido acionada a bandeira escassez hídrica em dezembro de 2021 e mantida a bandeira verde em dezembro de 2022.

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e ao Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$309.013 e R\$58.860, respectivamente, perfazendo o total de R\$367.873.

Em fevereiro de 2022, a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Companhia cumprisse e mantivesse integralmente os mesmos termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal requerimento, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva. Em vista disso, os assessores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perda dessa ação judicial como remota.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 33 (R1)/ IAS 19 - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2022.

Equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits é de R\$396.483 (R\$390.458 em 31 de dezembro de 2021, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$263.620, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$132.863. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Equacionamento do déficit 2019

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$116.228, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação no montante de R\$12.053 (R\$4.914 em 31 de dezembro de 2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019.

Em maio de 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Equacionamento do déficit 2020

Em 31 de março de 2022, considerando a divergência mencionada no item anterior, foi iniciada consignação em pagamento do déficit de 2020 do Plano A, com o depósito da primeira parcela limitada a 50% dos valores previstos no Plano proposto pela Forluz, com respeito à norma constitucional da paridade contributiva, sendo este recusado pela entidade de Previdência, exercendo possibilidade processual cabível, em 18 de abril de 2022. O montante depositado pela Companhia foi de R\$7.881 em 31 de dezembro de 2022, que ficará mantido em banco oficial à disposição da Forluz em conta consignada.

O montante total que deveria ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A caso não fosse considerada a paridade contributiva, seria de R\$182.316, através de 158 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$182.140 (R\$278.580 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços

ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

2022	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	6.766.866	2.392.168	43.413	9.202.447
Valor justo dos ativos do plano	(5.441.522)	-	-	(5.441.522)
Passivo líquido inicial	1.325.344	2.392.168	43.413	3.760.925
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	64.072	-	-	64.072
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.389.416	2.392.168	43.413	3.824.997

2021	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	7.225.191	2.503.024	46.763	9.774.978
Valor justo dos ativos do plano	(5.614.388)	-	-	(5.614.388)
Passivo líquido inicial	1.610.803	2.503.024	46.763	4.160.590
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	12.805	-	-	12.805
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.623.608	2.503.024	46.763	4.173.395

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020	8.088.978	2.400.299	45.751	410.232	10.945.260
Custo do serviço corrente	922	15.187	355	2.381	18.845
Custo do serviço passado (1)	-	-	-	(309.012)	(309.012)
Juros sobre a obrigação atuarial	537.239	167.161	3.241	29.265	736.906
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	195.864	84.353	769	(10.974)	270.012
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(1.434.634)	(190.141)	(3.334)	(95.615)	(1.723.724)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	423.862	151.060	2.101	(18.811)	558.212
	(814.908)	45.272	(464)	(125.400)	(895.500)
Benefícios pagos	(587.040)	(124.895)	(2.120)	(7.466)	(721.521)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	7.225.191	2.503.024	46.763	-	9.774.978
Custo do serviço corrente	987	11.448	261	-	12.696
Custo do serviço passado (2)	(2.601)	-	-	-	(2.601)
Juros sobre a obrigação atuarial	735.238	261.416	4.883	-	1.001.537
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(4.312)	(1.046)	67	-	(5.291)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(508.981)	(222.897)	(3.950)	-	(735.828)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(36.130)	(10.544)	(2.011)	-	(48.685)
	(549.423)	(234.487)	(5.894)	-	(789.804)
Benefícios pagos	(642.526)	(149.233)	(2.600)	-	(794.359)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	6.766.866	2.392.168	43.413	-	9.202.447

(1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, a Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, desta forma, realizou a baixa do saldo da obrigação.

(2) Referentes às alterações nas condições do Plano B para requerimento da Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade – MAT.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	6.310.292
Retorno real dos investimentos	(279.672)
Contribuições do empregador	170.808
Benefícios pagos	(587.040)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	5.614.388
Retorno real dos investimentos	272.618
Contribuições do empregador	197.042
Benefícios pagos	(642.526)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	5.441.522

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2022 e 2021 são como segue:

2022	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	987	11.448	261	12.696
Custo do serviço passado	(2.601)	-	-	(2.601)
Juros sobre a obrigação atuarial	735.238	261.416	4.883	1.001.537
Rendimento sobre os ativos do plano	(563.198)	-	-	(563.198)
Despesa total em 2022 conforme cálculo atuarial	170.426	272.864	5.144	448.434

2021	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	922	15.187	355	2.381	18.845
Custo do serviço passado	-	-	-	(309.012)	(309.012)
Juros sobre a obrigação atuarial	537.239	167.161	3.241	29.265	736.906
Rendimento sobre os ativos do plano	(414.912)	-	-	-	(414.912)
Despesa total em 2021 conforme cálculo atuarial	123.249	182.348	3.596	(277.366)	31.827

Movimentação do passivo líquido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	1.790.299	2.400.299	45.751	410.232	4.646.581
Despesa reconhecida no resultado	123.249	182.348	3.596	31.646	340.839
Custo do serviço passado	-	-	-	(309.012)	(309.012)
Contribuições pagas	(170.808)	(124.895)	(2.120)	(7.466)	(305.289)
Perdas (ganhos) atuariais	(119.132)	45.272	(464)	(125.400)	(199.724)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	1.623.608	2.503.024	46.763	-	4.173.395
Despesa reconhecida no resultado	173.027	272.864	5.144	-	451.035
Custo do serviço passado	(2.601)	-	-	-	(2.601)
Contribuições pagas	(197.042)	(149.233)	(2.600)	-	(348.875)
Perdas (ganhos) atuariais	(207.576)	(234.487)	(5.894)	-	(447.957)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	1.389.416	2.392.168	43.413	-	3.824.997
Passivo circulante				2022	2021
Passivo não circulante				274.904	244.559
				3.550.093	3.928.836

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$419.633 (R\$18.601 de recuperação de despesa em 31 de dezembro de 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$28.801 (R\$50.428 em 31 de dezembro de 2021).

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2023 é como segue:

2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	161	10.419	248	10.828
Juros sobre a obrigação atuarial	756.780	274.175	4.977	1.035.932
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(593.816)	-	-	(593.816)
Estimativa de despesa total em 2023 conforme cálculo atuarial	163.125	284.594	5.225	452.944

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2023 é como segue:

2023	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	666.343	157.087	2.742	826.172

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2023 no montante de R\$188.630 para amortização de déficit do Plano A e de R\$58.165 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	145.122	37.517	674	183.313
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(147.794)	(38.496)	(691)	(186.981)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	582.976	305.305	5.333	893.614

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico
Plano A	Plano B		
8,73	10,83	12,79	12,37

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2022	2021
Ações	6,45%	7,77%
Títulos de renda fixa	76,89%	73,95%
Imóveis	4,89%	5,04%
Outros	11,77%	13,24%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação:

	2022	2021
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	136.672	226.032
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	208.710	214.396
	345.382	440.428

Principais premissas atuariais

	2022		2021		
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	11,73%	11,83%	10,60%	10,75%	10,73%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	11,73%	Não aplicável	10,60%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,31%	5,31%	5,03%	5,03%	5,03%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	5,31%	Não aplicável	5,03%	Não aplicável	6,29%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas Desagravo 30%	Não aplicável	Tasa 1927 agravo de 100%	Tasa 1927 agravo de 100%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	1,00%	-

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Prática contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes, com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

O custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, e o ganho ou a perda na liquidação das obrigações são determinados pela remensuração do valor presente líquido da obrigação, utilizando-se premissas atuariais revisadas, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração, redução ou liquidação.

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	2021	Adições	Reversões	Liquidações	2022
Trabalhistas	293.731	87.052	(18.991)	(64.481)	297.311
Cíveis					
Relações de consumo	31.015	40.713	(7)	(35.042)	36.679
Outras ações cíveis	36.127	10.856	(3.439)	(10.857)	32.687
	67.142	51.569	(3.446)	(45.899)	69.366
Tributárias	797.442	182.686	(42.436)	(372)	937.320
Regulatórias	32.545	4.547	(2.063)	(736)	34.293
Outras	12.730	17.081	(8.409)	(17.068)	4.334
Total	1.203.590	342.935	(75.345)	(128.556)	1.342.624

	2020	Adições	Reversões	Liquidações	2021
Trabalhistas	337.064	45.485	(44.073)	(44.745)	293.731
Cíveis					
Relações de consumo	21.540	34.884	-	(25.409)	31.015
Outras ações cíveis	29.117	19.083	-	(12.073)	36.127
	50.657	53.967	-	(37.482)	67.142
Tributárias	815.454	71.115	(88.929)	(198)	797.442
Regulatórias	29.627	4.943	(100)	(1.925)	32.545
Outras	13.960	6.902	(1.984)	(6.148)	12.730
Total	1.246.762	182.412	(135.086)	(90.498)	1.203.590

Adicionalmente, há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, uma vez que os assessores legais da Companhia as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

Perda Possível	2022	2021
Trabalhistas	997.927	934.182
Cíveis		
Relações de consumo	194.128	117.896
Outras ações cíveis	444.688	340.230
	638.816	458.127
Tributárias	1.191.496	1.146.816
Regulatórias	869.338	736.024
Outras (1)	949.190	855.718
Total	4.646.767	4.130.866

(1) Os principais valores são apresentados em parágrafos específicos no texto de Provisões.

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$152.686 (R\$120.923 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$10.091 (R\$7.866 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

Em agosto de 2022, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF, em alteração a sua jurisprudência, cancelou autuações previdenciárias sobre os valores pagos de PLR. A CSRF reconheceu que não haveria desnaturaçã para o pagamento destes valores, desde que eles fossem pagos aos empregados após a assinatura do respectivo acordo, independentemente de a assinatura ter se dado após o início do período de aferição das metas. Fundamentada na citada decisão, a Companhia alterou o prognóstico das provisões referentes às contingências de PLR que ainda tramitam no âmbito administrativo de provável para possível, o que representou, portanto, uma baixa de R\$42.433 no terceiro trimestre de 2022. A Companhia continua acompanhando as ações que tramitam no âmbito do judiciário, para as quais manteve o prognóstico provável, e com isso, o respectivo provisionamento.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$982.070 (R\$886.365 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$829.721 (R\$789.576 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$87.268, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$218.772 (R\$207.863 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$97.508 (R\$92.834 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$112.362 (R\$101.475 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais -

DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$60.454 (R\$88.563 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$355.930 (R\$309.008 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP") no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$66.693 (R\$60.079 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfa e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$179.848 (R\$161.780 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.295.238 (R\$1.279.002 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$297.311 foram provisionados (R\$293.731 em 31 de dezembro de 2021), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$230.807 (R\$148.911 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$36.679 (R\$31.015 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações de responsabilidade civil em que são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$477.375 (R\$376.357 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$32.687 (R\$36.127 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$374.696 (R\$311.883 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$34.293 (R\$32.545 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na

estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$45.642 (R\$43.312 em 31 de dezembro de 2021).

Ineficiência na prestação de serviços

Ação civil pública ajuizada pelo MPMG contra a Companhia em razão da suposta ineficiência da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica para os consumidores do município de Rio Vermelho. Em novembro de 2022, foi celebrado um acordo entre as partes, em que a Companhia assumiu a responsabilidade de realização de obras para aprimoramento dos serviços prestados ao município de Rio Vermelho. Em decorrência da homologação do acordo, o valor da contingência de R\$302.970, em 31 de dezembro de 2022, teve a probabilidade de perda reavaliada para remota.

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$483.294 (R\$413.375 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$259.881 (R\$250.436 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$4.193 (R\$11.920 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$470.248 (R\$419.869 em 31 de dezembro de 2021) dos quais R\$141 (R\$810 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$223.395 (R\$198.144 em 31 de dezembro de 2021) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Lucro por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2022	2021
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do exercício	443.475	1.700.541
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,19	0,72

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.537.720 (R\$1.833.371 em 31 de dezembro de 2021).

d) Reservas de lucros

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2022	2021
Reservas de Lucros		
Reserva legal	498.528	477.144
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	91.269	75.473
Reserva de retenção de lucros	2.681.185	2.851.422
	3.270.982	3.404.039

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo. Em 31 de dezembro de 2022, a reserva legal constituída totaliza R\$21.384 (R\$83.966 em 31 de dezembro de 2021).

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência. Em 31 de dezembro de 2022, foi utilizado o montante de R\$315.664 da reserva de retenção de lucros.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$15.796 (R\$21.213 em 31 de dezembro de 2021), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2022 alcança o montante de R\$91.269 (R\$75.473 em 31 de dezembro de 2021). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

e) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou no estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Conforme previsão estatutária, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no total de R\$576.532, conforme valores e datas abaixo, a serem compensados com o dividendo mínimo obrigatório de 2022, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor.

- R\$130.457, declarados em 22 de março de 2022;
- R\$152.262, declarados em 07 de junho de 2022;
- R\$140.449, declarados em 20 de setembro de 2022; e
- R\$153.364, declarados em 21 de dezembro de 2022.

Considerando que os juros sobre o capital próprio declarados foram superiores aos dividendos previstos no Estatuto Social, a Administração irá propor que dos R\$576.532 declarados, o montante de R\$268.314, já líquido do imposto de renda, seja destinado para aumento de capital social.

Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$196.021, reconhecidos no resultado do exercício de 2022.

	2022
Dividendos obrigatórios	
Lucro líquido do exercício	443.475
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	221.738
Imposto de renda na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	39.130
	260.868
Dividendos a serem distribuídos - Proposta	
Juros sobre capital próprio	576.532
IRRF s/ JCP a integralizar	(47.350)
Aumento de capital	(268.314)
	260.868
Dividendos propostos por ação - R\$	0,2444

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	309.434
Dividendos estatutários	504.306
Declaração de juros sobre capital próprio	407.018
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(61.053)
Pagamentos	(242.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	916.961
Declaração de juros sobre capital próprio	576.532
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(86.480)
Pagamentos	(223.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.183.846

Em 23 de dezembro de 2022, a AGE da Companhia deliberou pela postergação do pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio remanescentes, aprovados pela AGO realizada em 29 de abril de 2022, referente ao exercício de 2021, no valor de R\$679.794 mil, até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de caixa da Companhia, a critério da Administração, com fundamento em estudos de disponibilidade de caixa.

Proposta de destinação do lucro de 2022

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2023, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2022, no montante de R\$443.475:

- R\$21.384, relativos a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$15.796 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2022 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$260.868 sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”);
- R\$145.427 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2023.

O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2023.

23. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2022	2021
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	20.209.439	21.712.573
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (*)	2.360.056	1.316.995
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	3.715.074	3.473.193
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos (c)	(1.146.559)	2.146.043
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	3.193.092	1.802.361
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores	(829.783)	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	39.369	53.751
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(94.035)	(70.948)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (f)	453.131	453.296
Outras receitas operacionais (g)	2.461.551	2.449.447
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (h)	(9.442.619)	(10.992.030)
	20.918.716	22.344.681

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 8a destas demonstrações financeiras.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Residencial	11.216.803	11.185.772	10.133.148	11.123.490
Industrial	1.532.562	1.694.611	1.240.145	1.332.655
Comércio, serviços e outros	4.541.506	4.143.117	5.024.343	4.612.943
Rural	3.061.899	3.944.412	2.041.079	2.557.044
Poder público	855.672	729.312	660.453	583.205
Iluminação pública	1.138.039	1.225.733	534.658	717.978
Serviço público	1.400.256	1.418.306	840.669	879.347
Subtotal	23.746.737	24.341.263	20.474.495	21.806.662
Consumo próprio	30.942	33.074	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	59.673	913
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(324.729)	(95.002)
Total	23.777.679	24.374.337	20.209.439	21.712.573

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede - consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia está na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente, homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12b destas demonstrações financeiras.

Em 08 de novembro de 2022, a Aneel emitiu a Resolução Normativa nº 1.046, que regulamentou, entre outros aspectos, os limites de repasse de sobrecontratação de energia, de exposição voluntária e os resultados do Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE. Foi regulamentada a forma como eventuais ganhos auferidos no âmbito do MVE devem ser compartilhados com o consumidor, e a forma como eventuais perdas devem ser totalmente assumidas pela Distribuidora. Nesse cenário, a Companhia apurou um ganho de R\$224.957 referente aos exercícios de 2020, 2021 e até novembro 2022. Esse valor já considera o compartilhamento com os consumidores do total da diferença entre o PLD mês-a-mês e o valor da energia comercializada no MVE, corrigidos pela Selic.

d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão cujo reconhecimento está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos da infraestrutura. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita decorrente da atualização monetária da base de remuneração de ativos.

f) Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

g) Outras receitas operacionais

	2022	2021
Serviço taxado	19.057	16.698
Outras prestações de serviços	22.513	19.949
Subvenções Baixa Renda	320.625	269.609
Outras subvenções (1)	1.653.062	1.299.320
Aluguel e arrendamento (2)	490.806	209.268
Transações na CCEE	(51.684)	618.607
Outras	7.172	15.996
	2.461.551	2.449.447

(1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$936.227 em 2022 (R\$986.310 em 2021), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$289.897 em 2022 (R\$107.571 em 2021), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT; a reversão de receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no montante de R\$5.473 em 2022 (receita de R\$205.439 em 2021) e R\$432.412 em 2022 referente aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

(2) Compreende o montante R\$186.871 relativo ao Termo de acordo de reconhecimento de dívida (TARD) firmado com grande cliente em junho de 2022, referente à utilização de infraestrutura (postes) durante o período de janeiro de 2019 a maio de 2022. Este valor e sua respectiva correção monetária no montante de R\$10.344 foram recebidos em 4 parcelas mensais e sucessivas, tendo começado em julho de 2022.

h) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2022	2021
Tributos sobre a receita		
ICMS	3.560.687	5.854.583
PIS/Pasep	389.714	414.986
Cofins	1.795.048	1.911.453
ISSQN	1.101	976
	5.746.550	8.181.998
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	68.944	74.354
Conta de desenvolvimento energético - CDE	3.742.707	2.415.700
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	25.400	26.621
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	36.286	42.223
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	18.143	21.111
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	(251.821)	162.012
CDE sobre P&D	10.886	15.601
CDE sobre PEE	21.772	31.203
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	23.752	21.207
	3.696.069	2.810.032
	9.442.619	10.992.030

Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195, na qual determinou-se a suspensão dos efeitos do art. 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluía os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Com isto, a Cemig ajustou o seu procedimento em função da decisão e está aguardando o julgamento definitivo do mérito, ainda pendente no Supremo Tribunal Federal.

Prática contábil

Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, definido na regulamentação do setor.

Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente. A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato, sendo contabilizada no final do mês. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de CVA e outros componentes financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Companhia.

As receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de distribuição, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão.

Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há segurança razoável de que serão cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que esta será recebida, em consonância com o CPC 07 (R1)/ IAS 20.

Adicionalmente, a Cemig recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica - TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão - EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Custos com energia elétrica

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	1.644.066	1.945.787
Contratos por cotas de garantia física	972.986	875.489
Cotas das usinas de Angra I e II	357.192	244.577
Energia de curto prazo - CCEE	434.229	994.946
Contratos bilaterais	492.855	417.728
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	3.380.335	6.278.209
PROINFA	597.815	400.638
Geração distribuída	1.977.194	1.268.172
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(685.444)	(978.847)
	9.171.228	11.446.699
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	155.604	160.761
Encargos Transmissão - Rede Básica	1.962.681	1.881.235
Encargos de Conexão	109.637	91.366
Encargos Distribuição	7.187	5.198
Energia CCEE-ESS	370.425	1.533.128
Energia CCEE-EER	443.772	81.476
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(282.061)	(347.168)
	2.767.245	3.405.996
	11.938.473	14.852.695

b) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	2022	2021
Pessoal	122.847	90.799
Materiais	2.017.448	1.025.714
Serviços de terceiros	987.843	631.688
Encargos financeiros	41.126	12.967
Arrendamentos e aluguéis	6.047	3.778
Impostos e taxas	4.377	3.396
Outros	13.404	34.019
	3.193.092	1.802.361

c) Outras custos e despesas operacionais

	Custos de operação		PECLD		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas) operacionais		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal	668.477	644.268	-	-	244.628	202.479	-	-	913.105	846.747
Participação de empregados e administradores no resultado	82	6.089	-	-	2.326	1.765	37.426	86.095	39.834	93.949
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	419.634	(18.601)	419.634	(18.601)
Materiais	66.702	47.864	-	-	51.425	17.097	-	-	118.127	64.961
Serviços de terceiros	1.219.771	1.091.225	-	-	200.067	130.713	-	-	1.419.838	1.221.938
Amortização (Nota 14b)	643.222	551.509	-	-	56.728	90.542	-	-	699.950	642.051
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 15)	38.075	40.544	-	-	-	-	-	-	38.075	40.544
Provisões (reversões) para contingências	267.590	47.326	-	-	-	-	-	-	267.590	47.326
Perdas de créditos esperadas (reversão) (1)	-	-	108.141	130.175	-	-	23.068	20.692	131.209	150.867
Outras despesas operacionais, líquidas	52.172	52.783	-	-	14.014	(7.620)	181.447	191.744	247.633	236.907
	2.956.091	2.481.608	108.141	130.175	569.188	434.976	661.575	279.930	4.294.995	3.326.689

(1) O valor alocado na coluna de Outras despesas (receitas) operacionais refere-se, principalmente, a perda estimada com multa por rescisão contratual de fornecedor.

Despesas com pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Nos meses de abril e dezembro de 2022, a Companhia aprovou os PDVP's 2022 e 2023, respectivamente, sendo que para o PDVP 2022 o período de adesão dos empregados foi de 20 de maio a 20 de maio de 2022, sendo depois reaberto no período de 30 de maio a 3 de junho de 2022, com adesão de 238 empregados, e para o PDVP 2023 foi de 20 de dezembro de 2022 a 27 de janeiro de 2023, com adesão de 114 empregados. Os programas previam o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento "A Pedido" e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos de cada programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

Os custos Cemig D para os programas totalizaram R\$ 54.285, sendo R\$36.941 para o PDVP 2022 e R\$17.344 para o PDVP 2023, e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	113.525	78.459
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras (1)	(15.184)	(35.615)
Acréscimos moratórios de contas de energia	324.821	452.921
Variações cambiais de Itaipu	16.722	-
Variações monetárias	57.055	27.629
Variação monetária depósitos judiciais	48.243	18.791
Variação monetária - CVA (Nota 12b)	185.121	63.907
Outras	60.582	51.263
	790.885	657.355
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(265.267)	(196.722)
Amortização do custo de transação (Nota 18)	(2.655)	(1.788)
Encargos de variação monetária - Forluz	(28.800)	(50.428)
Variações cambiais de Itaipu	-	(26.757)
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(162.341)	(285.357)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(1.335.034)	(25.404)
Variação monetária de P&D e PEE	(36.850)	(11.800)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 15)	(20.182)	(19.222)
Outras variações monetárias	(24.932)	(23.072)
Outras	(30.069)	(24.337)
	(1.906.130)	(664.887)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(1.115.245)	(7.532)

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.

(2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida.

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos e passivos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2021
Operações com energia elétrica (3)								
Companhia Energética de Minas Gerais	70	72	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	4.634	3.431	28.488	24.067	33.966	28.784	(303.018)	(258.035)
Aliança Geração	4.070	-	11.366	9.857	55.629	52.713	(122.553)	(105.468)
Madeira Energia	-	-	27.859	24.105	-	-	(234.321)	(212.714)
Norte Energia	-	-	30.263	26.809	-	-	(259.901)	(235.916)
Baguari Energia	-	-	1.109	983	-	-	(9.028)	(8.825)
Taesa	-	-	10.891	8.483	-	-	(123.451)	(109.492)
Retiro Baixo	1.046	570	702	622	6.567	6.356	(6.029)	(5.472)
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	1.604	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	108	-	-	-	1.425	-	-	-
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão (5)	-	-	10.874	8.650	-	-	(88.360)	(79.445)
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais (1)	36.558	167.366	-	-	166.331	107.256	-	-
Convênio de compartilhamento (2)								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	26.483	11.370	-	-	(45.923)	(37.867)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.565	2.362	-	-	(431)	(5.700)
Prestação de serviço								
Axxiom (6)	-	-	-	62	-	-	-	-
Mútuo								
Companhia Energética de Minas Gerais (4)	-	-	-	-	-	-	(3.024)	-
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.183.846	916.961	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	46.948	15.950	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	278.552	336.078	-	-	6.632	3.973	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	1.052	69.125	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (7)	-	-	143.863	130.870	-	-	(173.027)	(123.249)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (8)	-	-	-	-	-	-	(54.636)	(52.564)
Custeio administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(26.365)	(23.082)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2021
Arrendamento (10)	-	-	18.686	17.186	-	-	(23.245)	(21.709)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (7)	-	-	1.245.553	1.492.738	-	-	-	-
Arrendamento (10)	133.724	127.031	132.151	122.532	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (11)	-	-	151.833	127.015	-	-	(278.008)	(185.944)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (11)	-	-	2.283.748	2.422.772	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar é de R\$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais. Até 31 de dezembro de 2022 todas as parcelas foram compensadas;
- Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se à contrato de mútuo firmado, em 2 de março de 2022, entre a Companhia e a sua controladora no montante de R\$100 milhões, foi liquidado em 31 de maio de 2022, acrescido de juros no montante de R\$3.024 mil, correspondente a 110% do CDI, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício de sua controladora O mútuo teve anuência da Aneel;
- Refere-se a contrato de conexão das instalações de distribuição ao sistema de transmissão (CCT);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 20);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 8,72%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Distribuição;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 20).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas “Títulos e valores mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	11.995	10.485
Participação nos resultados	3.200	1.946
Previdência privada	1.134	954
Planos de saúde e odontológico	146	115
Seguro de vida	33	7
Total (1)	16.508	13.507

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		39.581	39.581	218.822	218.822
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 5)		3.138.398	3.138.398	3.335.034	3.335.034
Fundos vinculados		1.444	1.444	2.144	2.144
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		944.090	944.090	2.147.548	2.147.548
Reembolso de subsídios tarifários		90.923	90.923	287.420	287.420
Subvenção baixa renda		62.479	62.479	46.540	46.540
Depósitos vinculados a litígios		651.279	651.279	619.772	619.772
		4.928.194	4.928.194	6.657.280	6.657.280
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	356.842	356.842	93.764	93.764
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	30.587	30.587	19.689	19.689
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	64.208	64.208	34.937	34.937
Letras financeiras - bancos	2	144.798	144.798	137.920	137.920
Debêntures	2	1.595	1.595	-	-
		241.188	241.188	192.546	192.546
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.369.652	1.369.652	683.729	683.729
		1.967.682	1.967.682	970.039	970.039
		6.895.876	6.895.876	7.627.319	7.627.319
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos e debêntures		(4.575.998)	(4.575.998)	(4.247.161)	(4.247.161)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)		(182.140)	(182.140)	(278.580)	(278.580)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)		(396.483)	(396.483)	(390.458)	(390.458)
Passivos financeiros setoriais - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		-	-	(51.359)	(51.359)
Fornecedores		(1.929.723)	(1.929.723)	(2.019.994)	(2.019.994)
Arrendamentos		(259.873)	(259.873)	(191.012)	(191.012)
		(7.344.217)	(7.344.217)	(7.178.564)	(7.178.564)

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo esta classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos e debêntures utilizando a taxa de 123,44% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,11%, CDI + 1,18% a CDI + 6,96%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência do pagamento de energia elétrica comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2022		2021	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(52.440)	(273.618)	(59.335)	(331.118)
Passivo líquido exposto		(273.618)		(331.118)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 31 de dezembro de 2023 será uma desvalorização de 2,26% (R\$5,10). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real em um cenário adverso:

Risco - Exposições cambiais	2022	31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,10	Cenário adverso Dólar R\$6,00
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(273.618)	(267.446)	(314.642)
Passivo líquido exposto	(273.618)	(267.446)	(314.642)
Efeito líquido da variação cambial		6.172	(41.024)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2022. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2022	2021
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	356.842	93.764
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	280.769	411.368
CVA e outros componentes financeiros (Nota 12b)	944.090	2.147.548
	1.581.701	2.652.680
Passivos		
Empréstimos e debêntures - CDI (Nota 18)	(1.317.792)	(1.355.933)
Passivos financeiros setoriais (Nota 12b)	-	(51.359)
	(1.317.792)	(1.407.292)
Ativo líquido exposto	263.909	1.245.388

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2023, a taxa Selic será de 12,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda na taxa. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	2022	31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 12,50%	Cenário adverso Selic 9,75%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	356.842	401.447	391.634
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	280.769	315.865	308.144
CVA e outros componentes financeiros (Nota 12b)	944.090	1.062.101	1.036.139
	1.581.701	1.779.413	1.735.917
Passivos			
Empréstimos e debêntures - CDI (Nota 18)	(1.317.792)	(1.482.516)	(1.446.277)
	(1.317.792)	(1.482.516)	(1.446.277)
Ativo líquido exposto	263.909	296.897	289.640
Efeito líquido da variação das taxas de juros		32.988	25.731

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2022, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2022	2021
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 12a)	1.369.652	683.729
	1.369.652	683.729
Passivos		
Empréstimos e debêntures - IPCA (Nota 18)	(3.283.833)	(2.907.093)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(182.140)	(278.580)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(396.483)	(390.458)
	(3.862.456)	(3.576.131)
Passivo líquido exposto	(2.492.804)	(2.892.402)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 5,30% e a taxa de IGPM será de 3,49% em 31 de dezembro de 2023, a Companhia fez uma análise de sensibilidade do efeito no resultado em um cenário adverso, conforme abaixo:

Risco - Elevação da inflação	2022	31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 5,30% IGPM 3,49%	Cenário adverso IPCA 7,90% IGPM 6,90%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 12a)	1.369.652	1.442.244	1.477.855
	1.369.652	1.442.244	1.477.855
Passivos			
Empréstimos e debêntures - IPCA (Nota 18)	(3.283.833)	(3.457.876)	(3.543.256)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(182.140)	(191.793)	(196.529)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(396.483)	(417.497)	(427.805)
	(3.862.456)	(4.067.166)	(4.167.590)
Passivo líquido exposto	(2.492.804)	(2.624.922)	(2.689.735)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(132.118)	(196.931)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa da empresa. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas (*)						
Empréstimos e debêntures	69.353	475.852	1.319.519	8.965.797	-	10.830.521
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	54.689	446.180	634.359	3.844.296	-	4.979.524
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	4.696	9.476	43.695	254.710	298.393	610.970
	128.738	931.508	1.997.573	13.064.803	298.393	16.421.015
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.734.128	195.595	-	-	-	1.929.723
	1.862.866	1.127.103	1.997.573	13.064.803	298.393	18.350.738

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 15.

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2022, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, é de R\$758.857 (R\$774.871 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras e não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio líquido	Limite por banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal (RF)	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig, controladora da Companhia, estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente,

decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta a extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir do sexto ano civil subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”. Mais informações na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

Prática contábil

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros.

Valor justo por meio do resultado - encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber do poder concedente caixa ou outro ativo financeiro, pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas.

Custo amortizado - encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, valores a receber e a pagar a partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso de subsídios tarifários e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

c) Administração de capital

A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus negócios.

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividido pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida.

	2022	2021
Empréstimos e debêntures	4.575.998	4.247.161
Caixa e equivalentes de caixa	(440.700)	(198.694)
Títulos e valores mobiliários	(280.769)	(411.368)
Dívida líquida	3.854.529	3.637.099
Lajida ajustado	3.043.126	2.647.026
Relação da dívida líquida sobre Lajida ajustado	1,27	1,37

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2022	2021
Total do passivo	18.307.385	17.654.962
Caixa e equivalentes de caixa	(440.700)	(198.694)
Títulos e valores mobiliários	(279.717)	(342.243)
Passivo líquido	17.586.968	17.114.025
Total do patrimônio líquido	7.105.260	6.942.666
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,48	2,47

28. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	27/05/2022 a 27/05/2023	US\$3.538 US\$4.000	US\$128
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2022 a 02/11/2024	R\$68.950	R\$115
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2023 a 08/01/2024	R\$536.818	R\$114
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	30/09/2022 a 30/09/2023	R\$117.687	R\$113
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil	(2)	07/12/2022 a 07/12/2023	R\$696.754	R\$1.168

- (1) Valores expressos em R\$ mil ou US\$ mil;
 (2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$269.785s mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função destes riscos.

29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.818.746	1.818.746	1.818.746	1.818.746	1.818.746	36.374.922	45.468.652
Transporte de energia elétrica de Itaipu	200.573	222.251	221.805	221.268	221.050	3.304.701	4.391.648
Compra de energia - leilão	3.885.972	3.932.450	3.524.041	3.807.650	3.630.757	54.110.916	72.891.786
Compra de energia elétrica - Contratos bilaterais	487.971	489.308	310.065	99.403	19.198	58.957	1.464.902
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	374.810	377.876	376.844	376.844	378.736	7.583.263	9.468.373
Cotas de garantias físicas	828.091	776.646	704.364	634.356	534.948	11.152.828	14.631.233
	7.596.163	7.617.277	6.955.865	6.958.267	6.603.435	112.585.587	148.316.594

Os fluxos de pagamentos dos arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas nºs 15 e 27.

30. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de denúncias recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia, cujo conteúdo compreende alegadas irregularidades no processo de compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada no mês de dezembro de 2020 foi concluída no final de 2021, com o recebimento do relatório final, aprovado pela Comissão de Investigação e enviado pela Companhia ao MPMG, que ainda não concluiu sua investigação, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. A Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais com as quais o referido relatório foi compartilhado.

A Companhia avaliará qualquer mudança futura nesse cenário e eventuais impactos, se for o caso, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento não houve qualquer definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados apontados pela CPI.

Ressalta-se, no que tange aos processos de contratação, que a Companhia realiza auditorias regulares, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Em 27 de fevereiro, 10 de março e 17 de março de 2023, a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig (controladora) realizou Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Companhia, nos montantes de R\$100.000, R\$94.000 e R\$350.000, respectivamente, com a finalidade de reforço de caixa, os quais serão utilizados para suas operações de investimentos e despesas operacionais.

Mútuo entre partes relacionadas

Em 10 de fevereiro e 15 de fevereiro de 2023 foram recebidos os montantes de R\$150.000 e R\$200.000, respectivamente, referentes ao contrato de mútuo aprovado pela Aneel e autorizado pelo Conselho de Administração em 2020 entre Cemig D (mutuário) e Cemig (mutuante), no montante de R\$350.000, com prazo de pagamento até maio de 2024. O mútuo é acrescido de juros à taxa equivalente a 110% da variação do CDI, a serem pagos juntamente com a parcela original. Como garantia, foi emitida pela Companhia uma Nota Promissória em favor da Cemig, compreendendo o principal e os juros estimados para o contrato.

Em março de 2023 o Conselho de Administração autorizou a celebração do primeiro aditivo ao contrato de mútuo entre a Cemig D (mutuário) e Cemig (mutuante), nos mesmos termos citados acima, reconhecidos pela Aneel, no montante de R\$750.000, não tendo ocorrido a transferência do recurso até o presente momento.

Declaração de Juros sobre o Capital Próprio

Em 22 de março de 2023, a Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de juros sobre o capital próprio (JCP) no montante de R\$155.026 relativos ao 1º trimestre de 2023, a serem pagos em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2024 e a segunda até 30 de dezembro de 2024. Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2023, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor sem denominação

Henrique Motta Pinto
Diretor de Regulação e Jurídica

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira
e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.**

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas nota explicativa 30 às demonstrações financeiras, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Veja as notas explicativas 7 e 25 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores. O faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, superam o período de encerramento contábil.</p> <p>O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração a premissa de quantidade de dias não faturados, bem como os dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como: (i) a data da leitura dos consumidores; (ii) o volume e o valor de energia faturados no mês anterior; (iii) a quantidade de dias não faturados, mensurados entre a data da leitura e a data-base.</p> <p>Devido ao montante da estimativa da receita não faturada e ao impacto que eventual alteração das premissas utilizadas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilizando-se do suporte de nossos especialistas de tecnologia da informação, avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave, relacionados à determinação do montante da receita não faturada de energia elétrica distribuída, o que incluiu a avaliação dos controles ao nível da transação, sobre a integridade e precisão dos dados usados, na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente: a data da leitura dos consumidores, o volume e o valor de energia faturada no mês anterior e a quantidade de dias não faturados mensurados entre a data da leitura e a data-base. - Recalculamos o montante de receita não faturada, por meio da multiplicação da proporção diária do volume e do valor de energia faturada no último faturamento ao consumidor, pela quantidade de dias não faturados, apurados pela diferença entre a data de leitura e a data-base. - Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideramos todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos</p>

	<p>aceitável o saldo reconhecido de receita de energia distribuída, mas não faturada, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
--	---

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde	
<p>Veja as nota explicativa 20 das demonstrações financeiras</p>	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração para a escolha das premissas atuariais que são utilizadas, principalmente: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliamos o desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários; - Avaliamos o escopo, a independência, a competência, as qualificações profissionais, as experiências e a objetividade do atuário externo contratado, para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde; - Avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas. - Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Reconhecimento e divulgações de provisões para ações judiciais e administrativas

Veja as notas explicativas 9 e 21 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia figura como ré em ações judiciais e administrativas de natureza cível, fiscal, trabalhista, ambientais e regulatória, cujo reconhecimento e mensuração requer o exercício de julgamento da Companhia.</p> <p>Uma provisão para essas ações é registrada quando é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e que o montante possa ser estimado com confiabilidade. A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações. A Companhia divulga os passivos contingentes cuja probabilidade de saída de recursos da entidade é possível.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas ao valor e à avaliação da classificação da probabilidade de perda que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos e/ou divulgações das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos chave relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões, incluindo controles sobre a avaliação da Companhia sobre a probabilidade de perda dessas ações judiciais e administrativas e os valores que seriam pagos em caso de perda. - Obtivemos confirmação direta com os advogados internos e externos, a fim de obter a avaliação dos mesmos sobre os riscos de perdas e os montantes relacionados às causas em que a Companhia figura como ré. Comparamos as informações constantes das confirmações recebidas com os registros contábeis. - Com o auxílio de nossos especialistas legais, avaliamos os critérios da Companhia para suportar os prognósticos e os montantes associados à certos processos relevantes, selecionados com base em amostragem. - Avaliamos a precisão das contingências fiscais registradas pela Companhia, bem como, comparamos, com base em amostragem, a jurisprudência existente sobre os temas em questão. - Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor e as divulgações da provisão para ações judiciais, no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 29 de março de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi submetido aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não



ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do



exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 25 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da, Cemig Distribuição S.A. –Cemig D, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2022 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24-03-2023. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2022, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 25-03-2023, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 25 de março de 2023.

Gustavo de Oliveira Barbosa – Presidente

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti – Conselheira

Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira

João Vicente Silva Machado – Conselheiro

Luísa Cardoso Barreto – Conselheira

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

Declaramos para os devidos fins, que, em 22.03.2023, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2022 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 22 de março de 2023.

Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente

Dimas Costa – Diretor de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finança e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Diretor da CemigPar

Thadeu Carneiro da Silva – Diretor da Cemig Geração e Transmissão

Marney Thadeu Antunes – Diretor da Cemig Distribuição

Henrique Motta Pinto – Diretor de Regulação e Jurídica

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 22.03.2023, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2022 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 22 de março de 2023.

Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente

Dimas Costa – Diretor de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finança e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Diretor da CemigPar

Thadeu Carneiro da Silva – Diretor da Cemig Geração e Transmissão

Marney Thadeu Antunes – Diretor da Cemig Distribuição

Henrique Motta Pinto – Diretor de Regulação e Jurídica

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA –24 DE MARÇO DE 2023

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por Pedro Carlos de Mello, Coordenador do Comitê, eleito em 11-06-2018, e pelos membros Afonso Henriques Moreira Santos, eleito em 14-09-2020, Márcio de Lima Leite, eleito em 21-05-2020 e Roberto Tommasetti, eleito em 15-05-2019.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2022

No ano de 2022, o Comitê reuniu-se em 35 (trinta e cinco) ocasiões e mais 6 (seis) vezes no início do primeiro trimestre de 2023, além de 13 (treze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2022 e 1 (uma) em 2023. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2022 e 2 (duas) no início do primeiro semestre de 2023. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 18 (dezoito) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2022. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos à contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contatos regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria Adjunta de *Compliance*, Riscos Corporativos e Controles Internos-DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna - AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente

a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2022 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2022, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2022.

Belo Horizonte, 24 de março de 2023.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador

AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS - Membro

MÁRCIO DE LIMA LEITE - Membro

ROBERTO TOMMASETTI - Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2023, a proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2023, em milhares de reais, conforme abaixo. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$145.427 mil da Retenção de lucros do exercício de 2022.

Investimentos planejados para 2023	
Sistema elétrico de subtransmissão	712.302
Sistema elétrico de distribuição (média e baixa tensão)	2.014.679
Infraestrutura e Outros	490.495
	3.217.476